



LIXO ZERO

A meta é possível ao se redesenhar processos, mudar hábitos e lançar novo olhar sobre os resíduos



EMBALAGENS: o maior nó da logística reversa

CATADORES: precisam ganhar pelo serviço ambiental que prestam

ECONOMIA VERDE: cultura de consumo desafia a Unilever




Felipe Luchi,
Cliente Santander.

BÔNUS MESMO É VOCÊ VIAJAR COMO E QUANDO QUISER. **SUPERBÔNUS VIAGENS.**

Quem tem cartão de crédito Santander não precisa mais esperar juntar tantos bônus para viajar. Com o SuperBônus Viagens, você adquire passagens aéreas, hospedagem, aluguel de carros, cruzeiros, pacotes de viagens e pode pagar tudo com bônus ou **combinar bônus mais dinheiro parcelado em até 24 vezes.**

Acesse www.santander.com.br/esfera e conheça todas as vantagens.

SUA VEZ. SUA VOZ. SEU BANCO.

 **SANTANDER ESFERA**

 **Santander**
um banco para suas ideias

santander.com.br

O luxo de jogar lixo

Em um país onde ainda se descarta lixo nas ruas e sofás em rios, soa inimaginável um cenário de “lixo zero”, em que nada se perde, tudo se transforma e se ressignifica. Empresas e cidades citadas nesta edição de aniversário – 7 anos de PÁGINA22 e 10 anos de GVces – mostram como essa meta aparentemente utópica, inspirada na natureza, pode, sim, concretizar-se. E deve ser tomada como um norte.

Até lá, o caminho é bem longo. Implica produtos, processos e sistemas redesenhados de forma a gerar a menor quantidade possível de resíduos. Requer mudanças de hábitos e comportamento, evitando-se o desperdício, o consumo supérfluo e incentivando-se o reaproveitamento. E, nos casos em que recusar, reduzir e reutilizar não for mesmo viável, que reciclar seja a próxima etapa a ser perseguida.

Somente em último caso um resíduo deve ser descartado em aterros, pois não é demais lembrar que, do “lixo” com que erguemos verdadeiras montanhas, a maior parte é potencial matéria-prima de um novo produto. Deixar de aproveitá-la – ou, ainda, incinerá-la – em um planeta de recursos finitos obviamente não faz o menor sentido. É um luxo inadmissível.


O redesenho que se pede inclui mecanismos tributários e de mercado que punam o poluidor e premiem aqueles que prestam serviços ambientais. Aplicado a instrumentos de comando como a Política Nacional de Resíduos Sólidos, farão com que a redução e a reciclagem de resíduos sejam objetivos naturalmente perseguidos pelos agentes econômicos.

E contribuirão para estimular o novo olhar que é fundamental para transformar uma realidade nada edificante para a espécie humana, a única que gera lixo. Como mostramos na reportagem de capa, a ideia de lixo é impraticável na natureza: esta não permitiria que algo perdesse a finalidade e ficasse depositado em um canto qualquer.

Boa leitura!

PÁGINA22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP
COORDENADOR Mario Monzoni
VICE-COORDENADOR Paulo Durval Branco
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle
REPÓRTERES Carol Nunes e Thais Herrera
EDIÇÃO DE ARTE Marcius Marques
www.vendoeditorial.com.br
ILUSTRAÇÕES Sírio Braz (seções)
REVISOR José Genulino Moura Ribeiro
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Amanda Abad, Diego Viana, Eduardo Shor, Fabio F. Storino, Gisele Neuls, José Alberto Gonçalves Pereira (edição e textos), José Eli da Veiga, Karina Ninni, Lydia Minhoto Cintra, Magali Cabral, Mônica C. Ribeiro
ENSAIO FOTOGRÁFICO Ronaldo Kotscho

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE
Nominal Representações e Publicidade
Mauro Machado
mauro@nominalrp.com.br
(11) 3063.5677



REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL
Aerton Paiva, Alexandra Reschke, Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky, Eduardo Rombauer, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi, Roberto S. Waack

IMPRESSÃO HRosa Serviços Gráficos e Editora
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.200 exemplares

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de PÁGINA22 e do GVces.

APOIO

A REVISTA PÁGINA22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC, DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS, E DE OUTRAS FONTES CONTROLADAS.

creative commons PÁGINA22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADERIU À LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO – E EXCETO IMAGENS – DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.

Para receber PÁGINA22 gratuitamente, acesse pagina22.com.br/novo_leitor



40

14 ENTREVISTA Fundadora do primeiro banco do tempo da Turquia, Aysegül Güzel relata sua experiência ao ocupar a Praça Taksim, ponto de encontro de cidadãos em busca de liberdade e respeito

20 CAPA O homem inventou o lixo quando adotou um modelo linear de produção, em vez de cíclico. Exemplos de cidades e empresas mostram que implantar o “lixo zero” é possível

28 RETRATO Um jornalista e fotógrafo que já teve de viajar muito pelo mundo ancorou em São Sebastião e fez de sua varanda um farol. Agora é o mundo que vem passear por suas lentes

34 LOGÍSTICA REVERSA É nas embalagens que está o maior nó da destinação correta

40 CATADORES Fundamentais, precisam ser remunerados pelo serviço que prestam à sociedade e ao ambiente, e não só pelo material transacionado

44 DIREITOS HUMANOS A ONU estuda tratado sobre jurisdição extraterritorial para enquadrar empresas violadoras

Seções



CAPA: Arte: Sírio Braz

- 06 Notas
- 09 Web
- 10 Economia Verde
- 19 Análise
- 49 Coluna
- 50 Última

Caixa de entrada

Comentários de leitores recebidos por e-mail, redes sociais e no site de PÁGINA22

INBOX

[Urgente pra quem? – ed. 76]

Importante reflexão sobre o novo marco regulatório, a extração e exportação de commodities pelo Brasil, sem agregação de valor aqui mesmo...

Maria Marta Vasconcelos

[Que se vayan todos – ed. 77]

Mudança já em rumo! **José**

Amândio Barbosa Júnior

[Propostas para a 4ª Conferência de Meio Ambiente – ed. 77] Subsídios para mudar a relação com seu “lixo”, ou melhor, subprodutos valiosos de nosso consumo diário.

Fabião Nunes

[Podemos entrar? – ed. 77] Pode entrar se não incomodar... Como o artigo sugere. **Cleuber Cardoso**

[ed. 77] Um novo modelo de

governar. Vejam, participem.

Alvaro Biondan

Sugestão de leitura de combate à ignorância!

José Amândio Barbosa Júnior

Quero ler sempre, pois é ótima.

Maria Anacia Mendes

[Ativistas solares – De lá pra cá]

Tenha sua própria “hidrelétrica” em casa, é o futuro agora!

Luiz Carlos Pereira

[BP processa EUA por retaliação após acidente no Golfo do México – De lá pra cá] Desta vez, parabéns ao governo estadunidense.

Roberto Sousa Gonzalez

[A luta silenciosa dos Awá-Guajá

– P22 Indica] Temos de parar de uma vez por todas com a brutalidade e o genocídio das nações indígenas.

Hugo Calhau

[ENERGIA]

Esforço para **viabilizar o carvão**

O governo brasileiro continua investindo no carvão mineral como fonte complementar da matriz elétrica brasileira. O combustível fóssil recebeu desoneração de PIS/Cofins para sua comercialização, quando da destinação à geração de energia elétrica. A despeito dos esforços, o leilão de energia promovido em 29 de agosto não conseguiu compradores para nenhum dos três projetos de instalação de termelétricas a carvão. A prioridade dada à alternativa suja foi repudiada por entidades

ambientalistas, como WWF, The Nature Conservancy e Greenpeace.

Esta última, por sua vez, além de protestar em frente ao Ministério de Minas e Energia (veja em bit.ly/16RzOuD), apresentou à Empresa de Pesquisa Energética (EPE) o relatório *[R]evolução Energética*, no qual projeta um cenário com 66,5% de participação de fontes renováveis, aumento considerável de uso de energia eólica, solar e biomassa e eliminação de carvão mineral e nuclear da matriz energética brasileira em 2050. A transição custaria R\$ 58 bilhões por ano.

Apesar de alto, o investimento seria justificado pelo alto retorno em criação de empregos diretos e segurança no fornecimento de energia, uma vez que os combustíveis fósseis são cada vez mais sujeitos à instabilidade de preço. De acordo com o coordenador do estudo, Ricardo Baitelo, o dinheiro gasto com incentivos fiscais, viabilização de novas fronteiras de exploração e compras de combustíveis fósseis deveria ser realocado para o financiamento das fontes renováveis. Outra medida importante para a transição seria o investimento em eficiência energética da rede elétrica e na produção industrial, assim como o desenvolvimento de eletrodomésticos, automóveis e construções que consumam menos energia. Leia a íntegra do relatório em bit.ly/15gslBe.

– POR CAROL NUNES



GREENPEACE / CRISTIANO COSTA

[AVIAÇÃO 1]

LATAM INVESTE EM BIOCOMBUSTÍVEIS

A companhia aérea Latam, fusão entre a brasileira TAM e a chilena LAN, realizou em 21 de agosto o primeiro voo comercial com biocombustível da Colômbia. O combustível utilizado mistura 70% de querosene convencional de aviação com 30% de combustível produzido a partir do óleo da *Camelina sativa*, planta nativa da Europa e Ásia Central (mais sobre a planta em bit.ly/18Wb8Ba).

A camelina é uma fonte de biocombustível com alta eficiência energética, com a vantagem de poder ser cultivada em alternância com o trigo, contribuindo inclusive para a recuperação dos nutrientes do solo (mais em bit.ly/15cunJH). Apesar de ter sido apresentada como opção de fonte

renovável em ares colombianos, a planta não é cultivada na América do Sul. A introdução do seu cultivo em larga escala na região ainda depende de estudos de viabilidade, como provam experiências anteriores com a *Jatropha curcas*, que foi apontada como “solução mágica” sem a devida avaliação das limitações de produção (leia artigo sobre o caso em bit.ly/191bUCX).

O fato de a espécie não concorrer com fontes de alimento humano a torna atraente para pesquisadores que buscam alternativas mais sustentáveis de agrobiocombustíveis. Entretanto, a ampliação da escala de produção dessas espécies sem experiência agrônômica é vista com ressalva pelo professor da Unicamp, Luís Augusto Barbosa Cortez: “Por mais que a camelina e a *jatropha* valham a pena do ponto de vista energético, eu as vejo com uma participação

marginal”. Ele defende que o Brasil financie o desenvolvimento de fontes já viabilizadas e pouco exploradas, como o dendê e o próprio bagaço de cana. A reportagem participou do voo a convite da Latam. (CN)

[AVIAÇÃO 2]

APOSTA ESTRATÉGICA

Essa foi a terceira experiência da Latam com biocombustíveis. Em 2012, o Chile recebeu um voo teste com combustível que usava óleo de cozinha usado na composição. Dois anos antes, a TAM fez no Brasil um teste com a mistura de 50% de óleo de pinhão-manso e 50% de querosene convencional.

O projeto de desenvolvimento de biocombustíveis é encabeçado pela LAN, pioneira na região nesse tipo de inovação tecnológica. “As fontes de energia renovável desempenham um papel importante na



CONGRESSO
& EXPO
ABRAFAC
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FACILITIES

Inovação em Facilities

Transformando o Ambiente em Resultados

O que é modismo e o que é solução quando tratamos de Sustentabilidade, Inovação e Gestão de Pessoas.

8 a 10 outubro · 2013
São Paulo/SP



8 e 9 de outubro
AMCHAM
Câmara Americana de Comércio
9h às 18h



10 de outubro
Espaço Rosa Rosarum
19h30 às 23h

- Workshop Internacional do Global FM
- 3ª Expo ABRAFAC, feira de produtos e serviços para o profissional de *Facilities Management*. **GRÁTUA.**
- Renomados palestrantes
- Apresentação de Cases dos Concorrentes ao Prêmio ABRAFAC
- Jantar de Gala e Entrega do Prêmio Melhores do Ano
- Público qualificado

Interatividade também será uma marca deste evento. Ao longo das palestras, o público será convidado a participar de enquetes num ambiente virtual de fácil acesso e os resultados, discutidos e comentados pelos palestrantes.

Inscreva-se já! Mais informações:

www.abrafac.org.br

congresso@abrafac.org.br | (11) 3014 5326

Patrocinadores

Ouro

athie | wohnrath

CHGRUPO
ESPAÇOS CORPORATIVOS COM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

dimoplac®
Engenharia Especial, Multidisciplinar, Soluções

informov
engenharia + arquitetura

Prata



Bronze



aviação mundial e serão cada vez mais relevantes no processo de tomada de decisões do setor e de nossa companhia”, declara o CEO Ignacio Cueto. Os ganhos econômicos influenciam esse interesse, já que os biocombustíveis são mais leves, limpos e eficientes. O motor das aeronaves desgasta menos, o que reflete em menor custo de manutenção e consumo de combustível. (CN)

AVIAÇÃO 3

CORRIDA CONTRA O TEMPO

Responsável por 2% das emissões de gases de efeito estufa no mundo, o setor de aviação está comprometido com uma meta de redução das emissões à metade até 2050. Para alcançá-la, conta com o objetivo de ampliar a participação de combustíveis renováveis nas operações comerciais. A meta da LAN é de 1% sobre o total de combustíveis usados em 2015 e 5% em 2020. Apesar da meta ambiciosa, Hernán Pasman, diretor-executivo da LAN Colômbia, ressalta que os biocombustíveis serão incorporados na medida em que os preços se tornarem viáveis economicamente para a companhia. Por enquanto, eles ainda custam pelo menos seis vezes mais que os de origem fóssil.

Para viabilizar a mudança, as empresas aéreas contam com o apoio de empresas e governos, como a Terpel e o Ministério de Meio Ambiente da Colômbia, que apoiaram o projeto com a camelina (foto abaixo). Muitas pesquisas ainda se fazem necessárias para desenvolver um biocombustível para aviação que seja, de fato, sustentável. “Trata-se de um investimento forte em pesquisa. Entretanto, por ser de alto risco, investidores acabam se retirando do programa quando não têm retorno”, afirma em entrevista o gerente sênior de Meio Ambiente da LAN, Enrique Guzmán.

Confira a íntegra da entrevista com Enrique Guzmán na versão digital desta nota em fgv.br/ces/pagina22. (CN)



OLHA ISSO!

POR FABIO F. STORINO*

ERRATA

“Eu sou porque eu erro”, escreveu Santo Agostinho no século V, provavelmente inspirando a famosa frase de René Descartes envolvendo o pensar no lugar do errar. Se arrependimento matasse, dificilmente teríamos problema com a superpopulação. Tenho minha cota de grandes erros cometidos, que eventualmente voltam à tona para me atormentar. Em 2001, recém-graduado, inadvertidamente contribuí para atrasar a formação de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) em cogeração de energia no Brasil. Como muitos, racionalizo o feito tentando me convencer de que fiz o melhor, dadas as circunstâncias e as informações de que dispunha no momento, de que tinha boas intenções etc. Mas será essa a melhor estratégia para lidar com nossos erros?

A jornalista Kathryn Schulz, autora do livro *Por Que Erramos?*, acha que não. Lembra que o sentimento ruim não é o de estar errado, mas de percebermos nosso erro. Para ilustrar, recorre ao desenho animado do Papa-Léguas, no qual o coitado, perseguindo-o, acaba ultrapassando o limite do abismo e, por alguns segundos, anda sobre o ar. Estar errado, nesse sentido, é como estar certo. É quando o coitado olha para baixo e se dá conta do erro que, finalmente, cai. Para evitar a queda, nosso cérebro faz de tudo para que não fiquemos conscientes do erro, colocando-nos num estado de negação (veja sua palestra TED em goo.gl/6yDMrh). Para Kathryn, há um “paradoxo do erro”: para que o evitemos (os erros futuros, pelo menos), é preciso abraçar a possibilidade de estarmos errados.

Em *Cem Dias entre Céu e Mar*, Amyr Klink menciona que uma das piores coisas de velejar sozinho era não ter outra pessoa a quem culpar quando cometia um erro. Os psicólogos sociais Carol Tavris e Elliot Aronson, autores de *Mistakes Were Made (But Not By Me)*, destacam os mecanismos psicológicos que nos ajudam a conviver confortavelmente com nossos erros. Em primeiro lugar, trata-se de um processo inconsciente e universal. Entram em ação o viés de confirmação, a tendência de favorecer informações que confirmem nossas crenças, e a dissonância cognitiva, por meio da qual nosso cérebro despreza evidências de nossos erros e altera ou cria novos fatos que ajudem a justificá-los. Este é o grande perigo: ao negar o erro, nossa tendência é de continuar cometendo-o.

O economista Tim Harford argumenta que, por mais que consideremos óbvia a importância do aprendizado a partir de erros nossos e de outros, na prática ainda não sabemos valorizar o componente instrutivo do erro (ver sua palestra TED em goo.gl/W35xww). Nas escolas, frequentemente aprendemos que, para cada problema, há sempre uma resposta correta; as demais – erradas – são punidas. Na política, votamos naqueles que demonstram ter certeza sobre o que fazer para “resolver os problemas da educação, da saúde, da segurança”, embora muitos dos aprendizados na política aconteçam por tentativa e erro, avanços e retrocessos e experimentação. Mas o “complexo de Deus” está mais disseminado do que supomos, afetando também os eleitores, e o que estes esperam dos políticos.

Dez anos depois do episódio descrito no início, voltei a trabalhar na FGV e pude, pelo GVces, dar minha contribuição positiva (ainda que modesta) no combate à mudança climática. O que eu aprendi lá atrás evitou que repetisse aqueles erros. Outros certamente virão. Espero conseguir percebê-los, refletir sobre e aprender com eles.

* FABIO F. STORINO É DOUTOR EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO



POR CAROL NUNES

PRATA DA CASA

Sem apito, sem terra, sem voz



Em abril deste ano, uma imagem impressionou o Planalto Central e o País: centenas de índios invadiram o plenário da Câmara dos Deputados em protesto contra a formação de uma comissão especial que analisaria um dos projetos de lei considerados mais ofensivos aos seus direitos.

A partir daí, a situação só tem se agravado. Tramitam leis que, na opinião de organizações que defendem os direitos de grupos indígenas, podem tornar ainda

mais lento e litigioso o processo de demarcação de Terras Indígenas (TI). As duas medidas mais polêmicas são a PEC 215, que retiraria do Poder Executivo a atribuição exclusiva de homologar as TIs; e o PLP 227, cuja aprovação apontaria novas exceções para o direito exclusivo de uso da terra pelos indígenas, incluindo atividades de mineração e construção de grandes empreendimentos de infraestrutura.

Infelizmente, a batalha pelas terras não está marcada só no campo jurídico e legislativo. Nas grandes fronteiras agrícolas e de extração ilegal de madeira, os conflitos entre grupos indígenas e grileiros deixam marcas de sangue cada vez mais profundas. Os grupos de defesa de direitos dos povos indígenas clamam pela mobilização da população urbana para pressionar o Estado por uma reação urgente em favor da resolução desses conflitos. E reafirmam que o interesse em dar aos grupos indígenas as terras que lhes cabem não é só dessa “minoria”. Além de ser uma questão de respeito a direitos previstos pela Constituição, traz benefícios ambientais, científicos e culturais para todos os brasileiros, inclusive o próprio agronegócio.

Na íntegra da matéria, disponível no “Blog da Redação”, em fgv.br/ces/pagina22, conheça mais sobre o ponto de vista desses grupos que têm buscado maneiras cada vez mais alternativas de se fazer ouvir.



EDUCAÇÃO DE PONTA

Nunca é tarde para aprender, mas desculpas nunca faltam. O site Coursera.org é a solução que derruba qualquer argumento. Por ele é possível aprender, gratuitamente, disciplinas de diversas áreas, com os professores das melhores universidades do mundo. E sem precisar ficar acordado de madrugada por causa do fuso horário – é possível modelar o curso à sua agenda. Temas como Sustentabilidade e Inteligência da Web são apresentados aos

alunos de forma transversal e interativa, com uma linguagem atraente. Para além da “sala de aula virtual”, o aluno tem a oportunidade de participar de uma comunidade global, enriquecendo mais ainda o aprendizado. Nas palavras do site, a tecnologia permite que os professores, em vez de ensinar centenas de pessoas, ensinem milhões.

MODA ÉTICA

A indústria da moda tem uma das cadeias de produção mais obscuras em termos de respeito às normas ambientais e trabalhistas. Mirando empreendedores do setor que desejam reverter esse quadro,

o portal Source Intelligence (source.ethicalfashionforum.com) fornece conteúdo sobre como maximizar os benefícios dos negócios de moda e minimizar os impactos ambientais e sociais. As melhores práticas sustentáveis tanto de produtores de insumos quanto de grandes varejistas são apresentadas para mostrar que é bem possível tornar a moda mais bonita também por dentro.



VALE O CLICK

ATLAS SOLAR

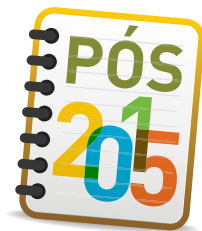
O Brasil tem alto potencial para produzir energia solar, mas é difícil o acesso à tecnologia de instalação de placas. O site americadosol.org cumpre o papel de conectar interessados em produzir energia solar em casa e fornecedores de serviços fotovoltaicos. Também é possível simular a redução que o consumidor pode ter na conta de luz com a instalação do sistema.

“LIXO” DE VALOR

E se resíduos produzidos na sua casa tivessem valor para entidades que você apoia? A TerraCycle (terracycle.com.br) tem uma plataforma on-line que promove a coleta de diversos tipos de embalagens e converte cada unidade em doações de R\$ 0,02 para escolas ou instituições sem fins lucrativos. Com o lema “Elimine a ideia de lixo”, ela se propõe a reciclar o que não é reaproveitado em cooperativas, como tubos de pasta de dente e embalagens de suco em pó. A participação é totalmente gratuita e os resíduos são enviados com etiqueta pré-paga pelos Correios, de qualquer lugar do Brasil.

TURISTAS ESPECIAIS

Aficionados por viagens podem ajudar a multiplicar e aprimorar projetos de turismo sustentável pelo País por meio da plataforma de crowdfunding da ONG Garupa (garupa.juntos.com.vc). Pode-se contribuir com dinheiro para financiar iniciativas que já estão dando certo, ou que precisam de fundos para sair do papel. A recompensa é a melhor parte: de acordo com o valor, quem contribui pode receber presentes simbólicos ligados à cultura local até um passeio dentro dos projetos financiados.



Labirinto Pouco acesso no Brasil à informação clara e compilada sobre os Objetivos do Milênio dificulta a participação na agenda pós-2015 **GISELE NEULS E JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

O sistema que monitora o cumprimento pelo Brasil das 21 metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) apresenta problemas – sobretudo nos aspectos da transparência e da comunicação clara e objetiva de dados e análises sobre o desempenho brasileiro nesta relevante agenda socioeconômica global.

Em meio ao penoso caminho para levantar as metas já alcançadas pelo Brasil, antes mesmo do prazo final de 2015, só foi possível concluir que duas metas foram cumpridas, e com bastante antecedência – a diminuição da pobreza extrema a menos de um quinto do nível de 1990 e a redução pela metade da proporção da população sem água potável e esgoto. A conclusão toma como base o último *Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM*, publicado em março de 2010 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Nas 19 metas restantes, os dados do relatório são insuficientes para apurar seu cumprimento, não há indicador para medi-lo ou o País ainda não as atingira ainda quando a publicação foi produzida. O Ipea declinou o pedido da reportagem para comentar o desempenho do Brasil meta por meta, alegando que um novo relatório será publicado no próximo semestre. Também não quis comentar o desempenho apurado pelo relatório de 2010, informando que ele está disponível na internet ([veja em bit.ly/1dthoE5](http://veja.embit.ly/1dthoE5)).

Do lado da sociedade civil, os ODM não são um tema capaz de empolgar a maior parte das organizações mais

atuantes no campo socioambiental. Uma tentativa de reaproximar a sociedade civil da discussão dos ODM foi o processo de consultas organizado no primeiro semestre pela Secretaria-Geral da Presidência da República conjuntamente com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Entre janeiro e abril, 19 consultas públicas buscaram coletar recomendações para os objetivos de desenvolvimento pós-2015. Foram cinco encontros regionais e 14 consultas com grupos específicos, como jovens, travestis e transexuais, indígenas, afrodescendentes e centrais sindicais. Os relatórios das consultas servirão como subsídios à proposta brasileira para a agenda global de desenvolvimento pós-2015 – um dos temas de maior destaque na 68ª Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, que começa no dia 17 deste mês em Nova York.

No âmbito mundial, a ONU mantém a plataforma digital *O Mundo Que Queremos*, que proporciona canais de participação com o intuito de recolher pontos de vista e prioridades para a agenda global de desenvolvimento pós-2015 ([acesse worldwewant2015.org](http://acesse.worldwewant2015.org)).

Mas o processo sofre de uma falta crônica de informações completas, reunidas em um único lugar e com fácil navegação. O cidadão interessando em participar terá de percorrer um emaranhado de sites e links. Na principal fonte, o site odmbrasil.gov.br, encontram-se informações resumidas sobre o desempenho do País em cada um dos oito ODM. Não

mostram de forma clara e sistemática, contudo, o percentual de alcance de cada uma das 21 metas.

Os quatro relatórios de acompanhamento produzidos pelo Ipea em 2004, 2005, 2007 e 2010 estão presentes, recheados de tabelas e avaliações, mas dispersos em uma biblioteca repleta de outros documentos, como a clipagem de reportagens. Sobre as consultas para a agenda pós-2015, há tão somente um anúncio de que o Brasil vai promovê-las até abril, mas nenhuma informação sobre como aconteceram e, tampouco, seus relatórios.

Estes podem ser encontrados na versão brasileira do site *O Mundo Que Queremos*, da ONU, e estão incompletos. Das cinco consultas nacionais, há apenas os relatórios do Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste; e, das 19 consultas temáticas, apenas quatro estão disponíveis. O documento consolidado, que deveria ter saído em maio, não está acessível em lugar algum. A coordenadora nacional da Consulta Pós-2015, Ticiano Nascimento, esclareceu que os relatórios pendentes serão incluídos em breve.

RESISTÊNCIA DAS ONGs

“Houve um esfriamento nas discussões da agenda pós-2015”, avalia Damien Hazard, diretor regional da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) no Nordeste e coordenador-geral da organização Vida Brasil. Hazard explica que sempre existiu certa resistência na América Latina com relação aos ODM, por não incluírem o princípio de justiça socioambiental.

Além disso, entende que sua construção foi a expressão do que os governos consideraram importante, sem contar com a participação social. O resultado foram metas muito genéricas e indicadores bem abrangentes,

difíceis de serem acompanhados, diz o dirigente da Abong.

Organizadas em parceria com o Movimento Nós Podemos [1], responsável por mobilizar lideranças e diferentes atores em cada região, as consultas não parecem ter sido um sucesso de público. O maior número de participantes compareceu em João Pessoa – 139 pessoas – e o menor em Anápolis (GO), apenas 39.

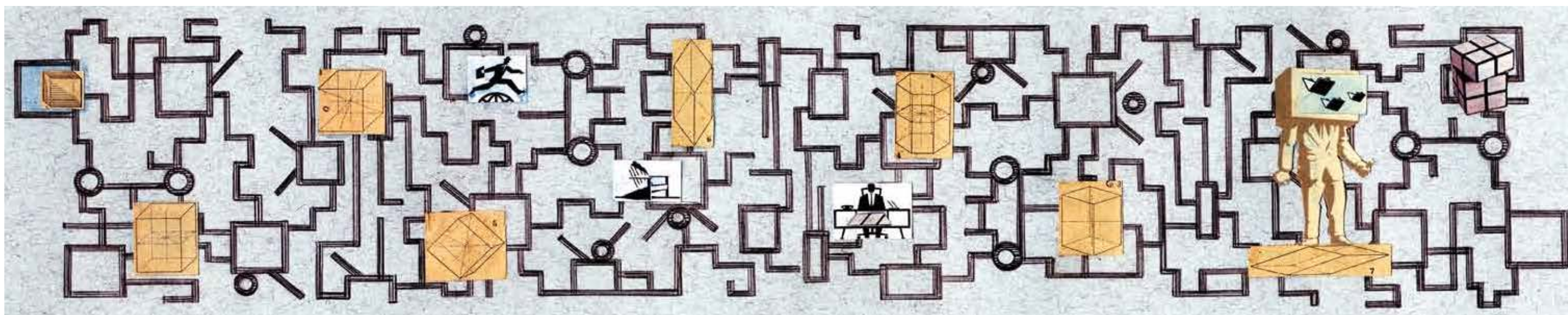
Não que as consultas promovidas pelo governo sejam o único processo de participação. A própria Abong lidera outro processo, a Campanha Pós-2015 [2], com três consultas temáticas realizadas até agosto. Além de encaminhar uma lista de recomendações ao governo brasileiro e às Nações Unidas, o relatório cutuca o ponto sensível da participação, afirmando que esses espaços pouco têm garantido a incorporação das demandas da sociedade civil, apesar dos esforços da ONU e de governos para incluir uma diversidade de atores sociais na formulação e no monitoramento de políticas públicas.

“Há muitos processos em curso e milhares de páginas de relatórios. É mais participativo por parte da ONU, mas é fundamental que a sociedade possa conduzir esse processo, e não só opinar”, aponta Hazard.

A reportagem solicitou por telefone e e-mail entrevista à Secretaria-Geral da Presidência da República, mas, até a data do fechamento, não recebeu retorno às perguntas enviadas. Também procurou a assessoria da ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira por e-mail, sem sucesso.

[1] Flávio Ribeiro, do Pnud, informou que o Movimento Nós Podemos é um dos principais parceiros da ONU para a implementação dos ODM no Brasil. Mais informações em nospodemos.org.br. [2] Iniciativa de redes internacionais da sociedade civil como a Global Call to Action Against Poverty (GCAP) e o Fórum Internacional de Plataformas Nacionais de ONGs (FIP). Mais em beyond2015.org.

Ver quadro com as 21 metas na versão digital desta reportagem em fgv.br/ces/pagina22.



ENTREVISTA GAIL KLINTWORTH

CULTURA DE CONSUMO DESAFIA PLANO DA UNILEVER

Sul-africana, mas de origem anglo-holandesa como a companhia que a emprega há 25 anos, a diretora global de sustentabilidade da Unilever Gail Klintworth empreende a missão de executar um dos mais ambiciosos programas de transformação já desenvolvidos por um negócio gigante no mercado global. Em seu plano de sustentabilidade – conhecido pela sigla USLP, Unilever Sustainable Living Plan –, lançado em novembro de 2010, a multinacional estipulou metas, até 2020, de dobrar o faturamento enquanto corta pela metade a pegada ambiental das fases de produção e uso de seus produtos e adquire 100% das matérias-primas agrícolas de forma sustentável. O USLP difere dos costumeiros planos corporativos de sustentabilidade ao estabelecer metas e métricas para medir a diminuição dos impactos em toda a cadeia de valor.

Nesta entrevista concedida a PÁGINA22, após apresentação do USLP na FGV-Eaes em agosto, Gail comenta que o maior desafio do plano é mudar o comportamento dos 2 bilhões de consumidores de suas 400 marcas (hábitos induzidos, inclusive, pela corporação). Das emissões de carbono de sua cadeia de valor, 68% referem-se ao uso dos produtos.

POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA

A Unilever superou várias de suas metas intermediárias, segundo o relatório do Plano de Sustentabilidade em 2012. A companhia caminha para atingir com significativa antecedência as metas previstas para 2020?

Espero que sim. Esses números referem-se às fábricas, que representam só 4% da pegada ambiental total da companhia. Vamos alcançar as metas, como a do nível zero em resíduos não perigosos enviados aos aterros sanitários (53% das 252 plantas da empresa alcançaram essa meta de resíduo zero em 2012). Mas é muito mais difícil mudar o comportamento do consumidor. Mal começamos a atingir essa meta, porque dependemos de mudança de comportamento de 2 bilhões de pessoas (que consomem nossos produtos) com o menor consumo de água, banhos mais curtos e compra de energia renovável.

Seria o caso de instituir um imposto sobre

carbono para apressar a transição?

O imposto do carbono é uma coisa boa. Entretanto, há muitas questões associadas com o tributo. Uma delas é que as companhias baseadas na petroquímica perderão valor, afetando os pensionistas que têm investimentos nesse setor. (Outro ponto) é que as conversas sobre a emissão de gases de efeito estufa de atividades humanas estava virtualmente fora de pauta. Agora o presidente Barack Obama lançou seu plano climático, porque estão muito mais claras as justificativas para incentivar as fontes renováveis de energia e a agricultura sustentável, por exemplo.

A diminuição de 31% nas emissões de gás carbônico por tonelada produzida em 2012 foi bastante significativa para um plano tão novo.

Se você olha para o nosso suprimento energético, virtualmente toda a energia consumida por nossas fábricas na Europa provém de fontes renováveis (desde o ano passado). Há, também, a intenção de chegar a 100% de energia renovável em nossas plantas situadas nos Estados Unidos antes de 2020.

Para os EUA, a meta é alcançar 100% em cinco, dez anos?

Não tenho uma data, certamente antes de 2020.

Talvez o objetivo mais desafiador seja o de reduzir drasticamente os impactos em termos absolutos, e não apenas relativos, com possíveis efeitos adversos sobre os lucros.

Nossa experiência até o momento mostra que aproximar a sustentabilidade do negócio traz muito mais benefícios às empresas do que imaginávamos. De que maneira? Um caminho são as inovações e produtos certificados de acordo com nosso Plano de Sustentabilidade, que estão crescendo duas a três vezes ao ano em nosso portfólio. Isso acontece porque há uma necessidade real. No fim do dia, temos alcançado pessoas que nunca haviam utilizado nossos produtos. Para nós, não há paradoxo, não há trade-off entre sustentabilidade e negócios. A sustentabilidade está guiando nosso modelo de negócios.

O que fazer para mudar o comportamento do

consumidor, que vem sendo moldado ao longo de décadas de apelo comercial e publicitário pelo mercado?

Não é fácil modificar comportamento. Mesmo quando, por exemplo, introduzimos produtos como um amaciante de roupas que demanda menos água, as pessoas nem sempre mudam (seus hábitos de forma significativa). Temos uma metodologia chamada “Five Levers for Change” (“As Cinco Alavancas para Mudança”, disponível em bit.ly/tysiuy), com a qual estamos trabalhando agora, que ensina como mudar o comportamento do consumidor. Ela traduz de um modo simples todo o conhecimento básico existente sobre comportamento do consumidor gerado por pesquisadores do tema. Indica o que atrapalha e o que pode ajudar o consumidor a alterar hábitos. Em cada desafio particular, a metodologia mostra como tornar mais fácil e motivador o processo de mudança, provendo uma ferramenta que possa torná-lo socialmente recompensador. É algo lento, mas estamos alcançando algum sucesso.

Qual o papel dos stakeholders na definição dos critérios para obter 100% de sua matéria-prima agrícola de forma sustentável em 2020?

Trabalhamos muito de perto com nossos fornecedores e nos engajamos com os governos. Posso mencionar a Tropical Forest Alliance (TFA 2020), que é uma parceria público-privada criada pelos Estados Unidos que hoje envolve a participação dos governos da Noruega, do Reino Unido e da Austrália e agora está contando com o ingresso da Indonésia. Desempenhamos um papel de destaque no *workshop* dessa aliança na Indonésia em setembro de 2012, conjuntamente com parceiros estratégicos na indústria, fornecedores, ONGs, ambientalistas e governos. O evento foi organizado pelo Consumer Goods Forum. A intenção da TFA 2020 é conseguir uma transformação do mercado (mais em usa.gov/climate/tfa2020). No caso específico do papel e da celulose, estamos muito próximos do WWF para uma transformação desse mercado. Com o FSC (Forest Stewardship Council), trabalhamos as modificações com os principais fornecedores. Trabalhamos até com o Greenpeace.



Divulgação

Que contribuição o Greenpeace pode oferecer à Unilever?

O Greenpeace nunca participa desse tipo de parceria (mais institucional), mas eles podem ser parceiros de alguma forma. Não estamos, por exemplo, comprando matéria-prima da APP (Asia Pulp and Paper, acusada pelo Greenpeace de exploração ilegal da mata na Indonésia; mais informações sobre a campanha em bit.ly/13nEida). O Greenpeace desempenha o papel de cobrar atitudes responsáveis de empresas e governos, incluindo nossa própria companhia.

Que critérios são empregados para classificar como sustentável a produção agrícola de um fornecedor?

Antes de mais nada, desenvolvemos um Código de Agricultura Sustentável, continuamente aplicado nas lavouras de nossos fornecedores, e trabalhamos com um instituto de agricultura sustentável, que é uma mescla de cientistas e fornecedores, onde possuímos um assento. Também presidimos a Mesa-Redonda do Óleo de Palma Sustentável nos últimos dez anos, trabalhamos com o Bonsucro, em que há vários stakeholders definindo critérios e nós temos um grupo de assessoramento, o Sustainable Sourcing Advisory Board (SSAB), uma mistura de cientistas e ONGs.

Como o SSAB foi formado? Há membros críticos à companhia nesse grupo?

O grupo inclui, por exemplo, alguns dos mais renomados pesquisadores em biodiversidade no mundo. Uma cientista desse *board* é

muito dura com a gente. Não queremos apenas pessoas que gostam de nossas histórias, porque isso seria uma perda de tempo, estaríamos falando para nós mesmos. É o oposto.

Uma lavoura transgênica pode ser considerada sustentável pela Unilever?

Nossa posição tem sido sempre a de seguir as circunstâncias legais. Nunca incluiremos qualquer alimento geneticamente modificado que tenha sido ligado a uma preocupação (científica). Entretanto, não podemos dizer que nunca usamos transgênicos em nossos produtos.

A empresa informa a origem transgênica nos rótulos dos produtos que utilizam ingredientes geneticamente modificados?

Na Europa, por exemplo, não temos alimentos geneticamente modificados em nossa produção.

Vocês conseguem rastrear o produto até o início do ciclo produtivo para provar que ele deriva de plantas não transgênicas?

Fazemos isso por intermédio de empresas certificadoras. Na União Europeia, há essa questão sobre rotular ou não um produto de transgênico.

A Unilever cumpre a lei brasileira que determina a inserção de informação sobre a origem transgênica no rótulo do produto?

Se há uma lei, nós a cumprimos. Mas estamos tentando tornar todas as nossas fontes de matéria-prima agrícola em não transgênicas.

No Brasil também? Aqui, 92% da lavoura de soja já é transgênica.

Eu sei, não é fácil.

Como a Unilever tem atuado em parceria com governos e outras companhias para pensar em novos modelos de negócios?

Muito ativamente. Acreditamos que as externalidades deveriam ser precificadas. Não entramos no mérito de como isso exatamente deveria funcionar, qual seria o melhor sistema. Nosso CEO, Paul Polman, foi membro do Painel de Alto Nível sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 na ONU. Também somos parte da Plataforma Europeia para a Eficiência na Utilização dos Recursos, estamos muito engajados no Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável,

que promove discussões sobre uma proposta de finanças sustentáveis para 2020 que incluía a contabilidade financeira das externalidades e o aprimoramento dos relatórios. Nosso CEO também se tornou membro do B Team em junho (mais sobre o B Team na Coluna “Garoto-Propaganda de um Novo Capitalismo”, edição 77). Somos muito ativos.

Vocês não temem enfrentar situação similar à que envolveu a BP em decorrência do vazamento de petróleo no Golfo do México em 2010?

Realmente tememos. Embora estejamos tentando criar um novo modelo empresarial, todos os negócios terão momentos (difíceis). Este é o nosso maior risco.

Algumas empresas levam às alturas suas políticas de atuação sustentável e responsável, melhoram sua reputação, mas a opinião pública cobra caro quando elas cometem deslizamentos colossais, como ocorreu com a BP.

Penso francamente que é virtualmente nula a chance de nos desviarmos de nosso Plano de Sustentabilidade. Em parte (essa minha confiança no plano) justifica-se, porque nossos funcionários acreditam nessa proposta.

Vocês levam em conta esse aspecto quando contratam uma pessoa?

Muito, é um dos critérios de recrutamento. Colocamos todos os nossos líderes no Cambridge Programme for Sustainability Leadership (CPSL).

A senhora pode mencionar um exemplo de modificação na política de sustentabilidade da Unilever provocada por demanda da sociedade civil?

A Oxfam publicou no início deste ano um relatório sobre nossa cadeia de fornecedores no Vietnã. Fizemos modificações significativas como resultado desse relatório. Incluímos *social compliance* (observância da legislação trabalhista) na relação de exigências para nossos fornecedores em todo o mundo. E vamos assumir alguns compromissos globais (a Unilever autorizou o ingresso da Oxfam em suas fábricas no país asiático para investigação de denúncias, comprovadas, de condições trabalhistas precárias; documento disponível em bit.ly/VK9DUj). **Colaborou: Carol Nunes**



■ Fundou o primeiro "banco do tempo" da Turquia, a organização Zumbara, em outubro de 2010, após graduar-se pelo Departamento de Comércio Internacional da Universidade de Bogaziçi, em Istambul, e viver por quatro anos em Barcelona

Vida além dos shoppings

POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA

Como no Brasil, a ação violenta da polícia nos protestos de maio e junho em Istambul também acendeu o pavio de pólvora que levou uma manifestação a ganhar a adesão de centenas de milhares de pessoas em toda a Turquia. Inicialmente um protesto contra a construção de um shopping center no Parque Gezi, uma das últimas áreas verdes no coração da antiga Constantinopla, a mobilização transformou-se em caixa de ressonância para um mar de insatisfações.

Na mira dos ativistas, medidas autoritárias do primeiro-ministro Recep Tayyip Erdogan e o modelo de desenvolvimento urbano acelerado que tem destruído áreas de importância ambiental e prédios históricos para abrir espaço à construção de shopping centers, torres comerciais e do maior aeroporto do mundo, segundo plano do governo. Em abril, a polícia já reprimira violentamente protestos contra a demolição do icônico Cine Teatro Emek, que também cederá lugar a um shopping center.

Uma das mais promissoras lideranças da Turquia no tema da sustentabilidade, **Aysegül Güzel**, 30 anos, esteve por quase três semanas na Praça Taksim, onde fica o Parque Gezi. Pelo Skype, ela relatou a PÁGINA22 detalhes do cotidiano da ocupação da praça. Contou, por exemplo, que foi possível colocar em prática no local a filosofia da Zumbara (zumbara.com), um projeto de banco do tempo que promove a troca de serviços sem o uso de dinheiro, no que ela chama de economia da doação.

A senhora vê conexões do ponto de vista temático e do método de organização entre os protestos de maio e junho na Turquia com os dos Indignados na Espanha, o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, e os de junho no Brasil?

Acreditamos que todos esses movimentos em diferentes países estão conectados de alguma forma. No nosso caso, o Parque Gezi está no meio da cidade, dentro da Praça Taksim. Ele era um bom símbolo para mostrar a transformação urbana que está ocorrendo na Turquia. É um típico caso de transformação urbana severa, que, suponho, também ocorre no Brasil. Há lugares onde os pobres vivem, a cidade começa a crescer, esses lugares ficam mais na moda e investidores tentam fazer dinheiro com os novos negócios imobiliários. O governo diz aos pobres que devem se mudar do local. Ou de alguma maneira as pessoas não conseguem mais pagar o aluguel, que encarece. Neste momento, existem muitos lugares na área central onde o governo está incentivando a construção de hotéis e outros empreendimentos, em vez de cuidar dos bairros da periferia de Istambul.

A cidade de São Paulo terminou 2012 com 53 shopping centers e atravessa no momento uma forte onda de investimentos em torres comerciais, novos shoppings e edifícios residenciais no centro expandido.

Todas as regiões metropolitanas do mundo estão passando por isso.

Por que o Parque Gezi é tão importante para a população de Istambul? A imprensa noticiou na época dos protestos que ele é uma das últimas áreas verdes da região central da cidade.

Não é a última área verde, mas certamente não há muitas restantes em Istambul. Mas a razão dos protestos não foi somente essa (*o plano do governo de construir um shopping center na área do parque*). Os protestos não iniciaram agora, estavam acontecendo desde o ano passado, mas eram manifestações de base mais comunitária e festivais de músicas, por exemplo, mas não era um tópico popular. A Praça Taksim, assim como seu entorno, é uma área muito importante, porque é o centro da cidade, é onde a transformação urbana ocorre, é onde todos os protestos ocorrem.

Os protestos na Praça Taksim então ocorreram durante um ano?

A Praça Taksim é onde acontece qualquer manifestação por qualquer razão. Mas por cerca de um ano ocorreram manifestações especificamente no Parque Gezi, que fica dentro da praça. Se você me pergunta por que tudo isso estava ocorrendo, eu não tenho uma resposta pronta para isso. Há várias explicações. Quando começaram a cortar as árvores lá, as pessoas começaram a protestar contra isso no Facebook. Alguns passaram a dormir no parque e a polícia tentou retirá-los. No dia seguinte, havia mais gente e a polícia atacou novamente. Mais pessoas foram para o local e a polícia voltou a atacar. Também planejam reconstruir um quartel e um centro de música (*uma mesquita também faz parte dos planos do governo para remodelar a praça e o parque, implantado sobre um antigo cemitério armênio, aterrado no fim da década de 1930*).

A remodelagem urbana do parque e da praça teria então sido apenas o estopim de uma mobilização com objetivos mais amplos?

Quando você pergunta sobre as razões dos protestos, não há uma única resposta para todas essas questões. O fato é que houve um grande movimento de pessoas provocado por diferentes razões, muitos trau-

O significado de liberdade ficou mais claro para nós

mas. Isso aconteceu pela primeira vez na Turquia, foi realmente surpreendente. Acho que em parte foi uma motivação inspirada nos movimentos anticapitalistas. Outra razão foi a necessidade de uma expressão de liberdade plena. Quando digo liberdade, é de fato ser o que eu quiser que seja, aceitando as diferenças. Houve muitas explicações (*apontando os motivos dos protestos*) no governo do primeiro-ministro Recep Tayyip Erdogan e seu partido (*Partido da Justiça e Desenvolvimento, AKP, na sigla em turco*). Não quero dizer no sentido de uma ditadura, de um partido islâmico. Quero ser muito cuidadosa com todos esses tópicos, especialmente quando falo com a mídia estrangeira. As pessoas gritam, tentando expressar o que pensam e sentem. Apenas querem viver sua vida e aceitar a vida dos outros, e que os outros aceitem a sua. É como uma simples e clara mensagem humanística. Mais que isso, houve uma consciência das pessoas e o significado da liberdade ficou mais claro para nós. Não foi como pedir ao governo que nos dê liberdade, foi mais como viver com boa qualidade de vida, com respeito ao outro.

Entre os países de maioria islâmica, a Turquia é conhecida por ter um grau razoável de separação entre religião e Estado e há muitos muçulmanos turcos que defendem a tradição secular do regime republicano instaurado no início do século XX. A mistura entre as duas coisas pelo partido governante foi um dos aspectos questionados nos protestos recentes. Qual sua opinião sobre esse tema do Estado secular?

Tenho um ponto de vista diferente sobre o assunto. Por exemplo, na Turquia há um grupo de pessoas que apoia Mustafa Kemal Atatürk (1881-1938) que fundou a República da Turquia, como um país secular, que fez muitas mudanças, mas a liberdade foi limitada a um grupo de pessoas. Na Turquia, temos sofrido muito por causa disso. O que estava sentindo no último momento é que as pessoas querem liberdade para todos, não apenas para um grupo de pessoas. Nesse sentido, quando você diz que este é um movimento secular, esse é um tópico muito difícil na Turquia, que ainda divide a população turca. No Parque Gezi, havia pessoas segurando bandeiras com a imagem de Atatürk, que é um mito na Turquia. É muito complicado dizer qualquer coisa negativa sobre ele. Esses são geralmente os secularistas.

A senhora participou dos protestos de maio e junho na Praça Taksim? Estive lá desde o primeiro dia.

O que aconteceu durante esse período, as pessoas discutiam política, ouviam música? Pode descrever um pouco as atividades que se faziam durante o período?

A ocupação do Parque Gezi durou 20 dias e, por mais de 10 dias, a

polícia não conseguiu entrar na Praça Taksim e imediações, isso foi uma coisa muito boa. Foi como se estivéssemos em um Estado independente. Por 20 dias, Gezi ficou ocupado por uma comunidade auto-organizada, com muita liberdade, capaz de tomar suas próprias iniciativas. Todos se perguntavam o que poderiam oferecer para aquela comunidade. Houve muitas trocas, cooperação, um espírito incrível.

Em linha com os valores de sua entidade, a Zumbara, com sua ideia do banco do tempo, de trocar tempo para ajudar os outros?

Sim, estávamos tentando essa economia alternativa há seis anos e pude viver meu sonho durante esses 20 dias. Todos sentimos bastante confiança um no outro e tentamos nos apoiar, de acordo com as necessidades da comunidade, na cozinha improvisada, na limpeza. Um dia redesenhamos o ponto de ônibus na Praça Taksim. Senti-me muito viva, como se estivesse em minha casa ao longo dos 20 dias, foi tão poderoso! De certo, não foi tudo (*cor-de-rosa*). Obviamente, sofri muito com os ataques da polícia, muito medo, muitas provocações do governo, vimos claramente como por todo o tempo eles estavam usando a mesma estratégia de separar as pessoas, isso foi tão claro, horrível. Isso também me transformou, agora tenho uma ideia clara de como a política funciona. Pensava e lia sobre o assunto, mas nunca vi isso antes tão claramente. Também sabia sobre terrorismo, sobre alienar as pessoas, pensava nesse nível intelectual, mas nunca vi que era tão fácil (*ser acusado*) de terrorista. O governo nos chamava de “terrorista”, e respondíamos: “Que merda de terroristas?”

Não fazia sentido o governo chamar os ativistas de “terroristas”?

Claro que não. Foi uma estratégia do governo para mostrar uma situação adversa para a mídia. Mostrar que os manifestantes não eram bons indivíduos, que não se devia acreditar neles. Creio que é uma estratégia de separação das pessoas, enquanto o espírito no Parque Gezi foi de unidade.

Quantas pessoas participaram da ocupação?

Isso mudava. Na primeira noite, cerca de 30 dormiram lá, na noite seguinte, 1.000 pessoas compareceram e 100 dormiram. Um dia depois, 10.000 pessoas, e umas 1.000 dormiram. O dia depois talvez 300.000 pessoas apareceram na Praça Taksim. Moradores dos outros bairros vieram também, porque havia vários problemas nas áreas fora da zona central de Istambul e em outras cidades do país. Os ativistas diziam que, durante o dia, eram como Clark Kent (*risos*), pois as pessoas iam ao trabalho de dia e à noite, para a praça (*o jornalista Clark Kent, identidade secreta do Super-Homem*).

O que tornou tão viva a mobilização foi o jornalismo-cidadão

A participação máxima em Istambul foi então de 300 mil pessoas em um desses 20 dias?

É difícil responder, mas na noite de 31 de maio, uma sexta-feira, e manhã de 1º de junho, um sábado, ao redor de 300 mil pessoas. E mais gente protestando nos bairros.

Como a concentração popular na Praça Taksim espalhou-se por toda a Turquia?

Isso foi possível também pela comunicação por meio das redes sociais, o Facebook, sobretudo. Já havia razões para as manifestações. A população estava sofrendo, tinha tópicos para discutir e expressar publicamente. Havia diferentes razões para gritarmos nas ruas, de alguma forma sermos vistos, mas as redes sociais espalharam mensagens que levaram as pessoas ao Parque Gezi, e do Gezi para Istambul e de Istambul a outras cidades. Esse foi o motivo que tornou tão viva a mobilização, pelo jornalismo-cidadão que foi produzido naqueles 20 dias, realmente poderoso. A grande mídia não mostrava nada. Vivo em Istambul e meus pais em Adana, no sul da Turquia. Falava com eles diariamente por telefone e lhes pedia para não acreditarem na mídia, para checarem notícias sobre os protestos no Facebook. Um amigo que também estava na Praça Taksim tentava explicar aos pais por que a ocupação era importante, que não iria embora do lugar, e os pais pediam para ele voltar para casa, que ele poderia ser ferido. O efeito dos jovens explicando a seus pais por que aquilo era tão importante, o que estavam fazendo na praça, foi uma coisa muito poderosa, e em toda a Turquia.

Como a grande mídia noticiou os protestos?

No primeiro dia, não mostrou nada, foi como se nada estivesse acontecendo. Depois, foi como algo controlado, eles fizeram um péssimo trabalho.

Pode explicar melhor como funcionou o jornalismo-cidadão que a senhora mencionou?

Muitos na praça fizeram transmissões ao vivo pela internet. Havia, por exemplo, um canal de televisão pela internet. Sempre o assistia quando eu não estava em Taksim. Agora não estamos mais no Parque Gezi, mas muitos fóruns estão acontecendo em Istambul, e dentro dos fóruns há grupos de trabalho, onde se conversa sobre qualquer coisa, e alguns estão ministrando oficinas de jornalismo.

No dia 5 de agosto, a Justiça condenou com penas de prisão a maior parte dos 275 militares, intelectuais, jornalistas e políticos da oposição acusados de tramarem um golpe de Estado contra o governo do primeiro-ministro Erdogan, 19 com prisão perpétua. Há algum vínculo entre o julgamento e os protestos?

É um assunto muito relevante, mas é um outro tópico. Prefiro não dar meu ponto de vista, porque é um tema muito complicado sobre o qual não tenho informação suficiente. Certamente, tudo está conectado de alguma forma, mas a informação não está tão transparente para se ter uma ideia clara do que está acontecendo. Em 5 de agosto, foi a decisão final de um julgamento que já durava cinco anos. Há, inclusive, militares das Forças Armadas. Tivemos três golpes de Estado na história da República. Essas pessoas estavam planejando um novo golpe. Já os manifestantes tinham diversas demandas ao governo, como liberdade

de expressão, modificações no modelo atual de desenvolvimento urbano e outros problemas sociais e políticos (*organizações de direitos humanos e opositoristas alegam que vários condenados são inocentes, inclusive jornalistas investigativos que escreveram reportagens críticas ao governo de Erdogan*).

Após a onda de protestos em maio e junho, os ativistas estão organizando um novo partido político, um movimento social, uma organização similar ao 15-M dos Indignados na Espanha, por exemplo? Qual foi o aprendizado político com a ocupação da Praça Taksim e do Parque Gezi?

Aprendemos quão poderoso é estar auto-organizado, para ter esperança novamente em nós mesmos. Estávamos quase perdendo a esperança (*risos*) e podemos agora avançar, dizer “eu quero” e tomar iniciativas. Eu e amigos criamos, por exemplo, uma nova entidade chamada “Baraka”, com a finalidade de promover o aprimoramento de capacidades e habilidades por meio de um processo de diálogos.

Com amigos da Zumbara?

Não, outras pessoas. Mas a Zumbara também está fazendo coisas diferentes. Estamos vendo como podemos apoiar conversações sobre economia alternativa na universidade e tentando ver como dar mais poder às pessoas na comunidade. Acredito que isso transforma as pessoas e as organizações. É difícil, às vezes fico muito frustrada porque tudo é lento, democracia é muito difícil, mas penso que estamos aprendendo. Sobre partido político, sei que há pessoas estudando e trabalhando para eles, mas não estou interessada em nenhum partido, no sentido de que não é o tópico que está me consumindo mais energia no momento.

O que há de comum entre os protestos e o trabalho da Zumbara?

Vivi naqueles 20 dias o que estamos chamando de espírito de Gezi. Foi algo incrivelmente poderoso, porque estava vivendo o mundo que imaginamos em Zumbara. Um mundo em que as pessoas usam o dinheiro como expressão de gratidão, vivem numa cultura da doação com a consciência de unidade, integridade e abundância.

A senhora poderia explicar o significado da palavra “Zumbara” e o porquê de sua escolha para batizar a organização?

Zumbara não significa nada no sentido literal. É uma contração de “zaman kumbarast”, que quer dizer “cofrinho do tempo” em turco (*o cofre em forma de porco usado pelas crianças*). Gostamos mais da expressão “cofrinho do tempo” do que “banco do tempo”, e numa chuva de ideias com amigos tivemos essa ideia da palavra “zumbara”.

A senhora conheceu a experiência do banco do tempo em Barcelona, onde viveu por quatro anos. O banco do tempo da Zumbara é uma inspiração para um tipo de economia da doação nos âmbitos nacional e global ou um projeto de corte mais comunitário?

Conheci o banco do tempo no bairro onde morei em Barcelona. Mas há uma distinção entre a iniciativa da qual participei na Espanha e a nossa iniciativa em Istambul. Combinamos o banco do tempo com uma poderosa rede social e utilizamos uma linguagem de um modo que os jovens possam aplicar as ideias do projeto no seu dia a dia. De fato, vejo o banco do tempo como ferramenta para apoiar relaciona-

Inspiramos as pessoas a questionar o significado do dinheiro

mentos, confiança e comunidades resilientes. E como inspiração para uma cultura da doação que leve as pessoas a se questionarem sobre o significado do dinheiro, do tempo, o que elas amam fazer na vida, as habilidades e experiências que lhes proporcionam prazer e felicidade.

A onda de protestos facilitou o trabalho de divulgação e expansão da Zumbara?

Definitivamente. Fizemos um grande esforço para promover eventos na sede da Zumbara e atividades pela internet. Organizamos muitos círculos de doação, dias de troca. Eventos como esses estão agora se espalhando muito rapidamente por toda a Turquia. Além disso, estamos operando por meio de um modelo comunitário autossustentado com a figura do iniciador de comunidade. Pessoas interessadas em iniciar comunidades Zumbara em suas cidades, bairros, escola e empresa estão entrando em contato conosco e depois as acolhemos em nossa comunidade de iniciadores de comunidades. Compartilhamos experiências, ideias e inspirações livremente. Depois da ocupação do Parque Gezi, mais pessoas passaram a nos procurar para introduzir a Zumbara em suas comunidades.

A senhora não pensa que o banco do tempo mantém a ideia estrutural da economia de mercado onde tudo tem de ser trocado por alguma coisa? Uma verdadeira economia da doação não seria uma em que ofertas são genuinamente desinteressadas da obrigação de troca?

Obrigada por sua pergunta. Nós não trocamos dinheiro por tempo. Descobri ser o banco do tempo uma linda iniciativa, uma vez que ajuda as pessoas a questionarem sua percepção sobre o tempo. Além do mais, penso que é positivo pedir reciprocidade, especialmente nas grandes cidades, onde tudo é tão veloz e o tempo é a coisa mais importante. Dessa forma, creio que o banco do tempo é um modelo econômico alternativo muito interessante. Não nos esqueçamos de que modelos diferentes de compartilhamento podem apoiar-se mutuamente. É bom que inovemos com diferentes modelos. Eu dou meu apoio a quem queira iniciar um experimento econômico com modelo distinto de compartilhamento.

A senhora poderia mencionar alguns exemplos específicos de trocas fomentadas pelo banco do tempo da Zumbara?

Variam bastante. Posso citar, entre outros, aulas de Photoshop, prática de línguas estrangeiras, oficinas de produção de instrumentos musicais e aulas de culinária.

Poderia dizer se tem uma religião e se é adepta do Estado secular?

Opto por não me expressar e identificar por etiquetas. **zzz**

[ANÁLISE]

De limão a limonada | Enquanto o saneamento básico é um direito negado a metade da população brasileira, inovações mostram as vantagens econômicas, sociais e ambientais de aproveitar efluentes tratados para gerar energia **JOSÉ ELI DA VEIGA***

É um dos pétreos direitos humanos ter acesso ao que se convencionou chamar de “saneamento básico”. Por isso, nada pode ser mais escandaloso e revoltante do que constatar que, em setembro de 2013, tal direito continua a ser negado à metade da população brasileira.

As principais vítimas são evidentemente as pessoas que morrem em razão da falta de redes coletoras de esgoto, em sua grande maioria meninos de 1 a 6 anos. Claro, também os natimortos e suas mães, pois contato com esgoto aberto aumenta drasticamente o risco de que a gravidez não culmine em bebê vivo. E ainda existe um imensurável número de outras vítimas invisíveis, pois mesmo os que conseguem sobreviver a infecções parasitárias na infância podem ter a inteligência seriamente impactada.

Como o cérebro é o órgão do corpo humano que mais consome energia – 87% no recém-nascido, 44% aos 5 anos, 34% aos 10 –, as infecções parasitárias desviam energia para ativar o sistema imunológico. Repetidas diarreias infantis roubam do cérebro as calorias necessárias a seu desenvolvimento, podendo comprometer a inteligência por toda a vida, adverte o doutor Drauzio Varella.

Será que teria sido necessário saber mais do que isso para que o saneamento tivesse total prioridade em qualquer dos últimos governos? Infelizmente parece que não, pois é catastrófico o passo de tartaruga com que vem ocorrendo a expansão das redes coletoras de esgoto. Inclusive nos tão festejados dez anos petistas, durante os quais supostamente tudo estaria sendo feito para melhorar as condições de vida do subproletariado. Em vez disso, com o ritmo atual arrisca-se entrar no século XXII sem que seja universalizado no Brasil o acesso a tão básico direito humano.

É imprescindível, portanto, que esse tema esteja no centro dos debates eleitorais de 2014. Para que no próximo mandato, tanto a Presidência da República quanto



a maioria dos parlamentares fiquem inteiramente comprometidas, ou se sintam constrangidas, a maximizar a expansão das redes coletoras com suas respectivas estações de tratamento.

Se argumentos baseados em direitos humanos, saúde e qualidade ambiental não forem suficientes para que muitos dos candidatos sejam convencidos de que essa questão deve ocupar o topo da pauta, talvez seja necessário, então, informá-los sobre seus imensos benefícios econômicos, quase todos muito bem esmiuçados, desde 2010, no sexto relatório da série de estudos que a FGV realizou para o Instituto Trata Brasil: tratabrasil.org.br/pesquisas-fgv.

Mas também é preciso ressaltar uma inovação que em poucos anos deverá abrir outra imensa janela de oportunidades: aproveitamento de efluentes tratados para a geração sustentável de energia: principalmente biocombustíveis, mas também bioeletricidade.

Microalgas são campeãs em transformar dióxido de carbono em oxigênio, o que permite o desenvolvimento de bactérias que

degradam matéria orgânica em sistema que pode simultaneamente purificar a água e evitar emissões de gases estufa. Em seguida, as microalgas, assim como uma parte da matéria orgânica restante, podem ser conduzidas a digestores capazes de produzir biogás com muito metano e ainda dois subprodutos fertilizantes: composto e líquido.

Por enquanto são raros os projetos-piloto que conjugam saneamento e geração de energia pelo cultivo de microalgas. No Brasil só há experiências com vinhoto e outros resíduos agropecuários. Mas já podem ser citadas duas iniciativas francesas – o projeto Symbiose, da Naskeo Environnement, em Narbonne, e o projeto Compagnie du Vent, da GDF Suez, em Gruissan –, assim como uma espanhola, com o projeto tocado pela empresa All-Gas no município balneário de Chiclana de la Frontera, vizinho a Cádiz.

Os resultados de tão poucas experiências ainda não garantem a viabilidade econômica da tecnologia, mas tudo indica que em dez anos ela já será competitiva. Talvez até antes, caso venham a se intensificar os atuais movimentos de opinião pública contrários a agrocombustíveis de milho e de outros gêneros alimentares básicos.

Então, além de colocar a universalização do saneamento básico no topo da agenda política do Brasil para as próximas décadas, também será imprescindível já vinculá-la a investimentos em pesquisa tecnológica direcionada à obtenção de biometano por cultivo de microalgas em estações de tratamento (*mais no post “Biocombustível de esgoto”, no Blog da Redação, em fgv.br/ces/pagina22*).

Dar prioridade para essa dobradinha certamente será uma das propostas que em breve a Rede Sustentabilidade submeterá ao eleitorado, caso não venha a ser perversamente impedida de participar da disputa de 2014.

* PROFESSOR DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA USP E DO INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS (IPÊ), É AUTOR DE A DESGOVERNANÇA MUNDIAL DA SUSTENTABILIDADE (ED. 34: 2013). WWW.ZEELLPRO.BR

Caminho só de **ida?**

O homem inventou o lixo quando adotou um modelo linear de produção, em vez de cíclico. A ideia de lixo é impraticável na natureza: esta não permitiria que algo perdesse a finalidade e ficasse depositado em um canto qualquer

POR MAGALI CABRAL FOTO AMANDA ABAD

O lixo é uma característica da ação humana. O homem o criou quando começou a fazer combinações moleculares, alterando a matéria-prima – da areia fez o vidro, do petróleo fez o plástico. Nunca se preocupou em traçar um caminho de volta, isto é, do vidro fazer areia e do plástico, petróleo. A solução foi seguir em frente, sempre inovando. Inventaram-se latas de lixo, aterros sanitários, coletas domiciliares, usinas de reciclagem, trituradores, incineradores. Criaram-se profissões: gari, faxineiro, coletor, catador e, mais recentemente, gestor e engenheiro ambiental com especialização em resíduos. Hoje existe um (sub)mundo para além das latas de lixo que muitos preferem não olhar, uns por omissão, outros por desprezo.

Uma folha descartada de um galho de árvore não perde seu valor na natureza. Transforma-se em nutriente para a própria árvore ou plantas vizinhas e, a seu modo, faz o caminho de volta à copa. Essa dinâmica, circular e integrada, a sociedade humana perdeu em algum momento da história, provavelmente a partir das mudanças de paradigmas decorrentes da Revolução Industrial. “Até ali era impossível não ter um olhar sistêmico do mundo”, reflete a bióloga Maluh Barciotte, pesquisadora do **Nupens-USP**, da Universidade de São Paulo. Os processos do cotidiano eram visíveis. Via-se o nascer e via-se o morrer. Hoje, em sua opinião, as visões são fragmentadas. “Nas grandes cidades não se sabe de onde vem a maior parte dos insumos e muito menos para onde e por quem são levados os seus rejeitos.”

Do ponto de vista do sistema econômico, assumimos que a natureza está a disposição do nosso uso, segundo interpreta a economista Maria Auxiliadora Amiden Robinson, diretora de educação da Symnetics Consultoria. Com a industrialização, construiu-se um modelo mental, chamado “modelo linear de produção”, que consiste em extrair matéria bruta, transformá-la, usá-la e descartá-la. Concebeu-se a ideia de lixo, algo impraticável na natureza. “O sistema circular da natureza não permitiria que algo perdesse a finalidade e ficasse depositado em um canto qualquer.”

O mundo já chegou à casa do bilhão de toneladas de lixo ao ano e segue aumentando. Mesmo assim, as reações contra esse quadro são meramente pontuais. Maria Auxiliadora tenta analisar o comportamento passivo da sociedade diante desse problema a partir da teoria do inglês Giles Hutchins, que aplica a **biomimética** na solução de questões socioambientais corporativas. Entre os seis princípios da natureza que o homem deve observar e trazer para a vida na sociedade, a “adaptação” talvez seja o que melhor consiga

explicar tal conduta [1]. “Os processos de adaptação na natureza são lentos e complexos, pois envolvem mudanças de contexto. Trazer a adaptação para a nossa realidade implica mudar de hábitos e às vezes mexer com os prazeres”, esclarece.

Cuidar do próprio lixo, limpando-o, separando-o (ou, melhor ainda, impedindo que os vários tipos se misturem) e dando-lhe uma destinação correta pode não ser sinônimo de prazer, mas a sensação de “estou fazendo a minha parte para ajudar em um problemão que é de todo mundo” não fica longe. Para Maluh Barciotte, o nome disso é responsabilidade, “ou habilidade de responder”.

Por exemplo, houve um tempo em que as pessoas se adaptaram ao uso do banheiro dentro de casa e à luz elétrica, afinal, eram mudanças facilitadoras do cotidiano. Agora a situação é inversa e requer adaptação: há um problema de lixo em excesso e a coleta seletiva precisa passar a ser vista como o novo serviço de limpeza pública. “Gostem ou não, as pessoas terão de ter contato mais próximo com seus próprios resíduos.”

DEFINA LIXO

A psicologia sustenta que entre o objeto (lixo) e o comportamento das pessoas existe um significado que, se entendido, pode mediar a dificuldade em lidar com o problema, o que, conseqüentemente, valorizaria programas de coleta seletiva. Um estudo nesse sentido, intitulado *O Significado Psicológico do Lixo*, foi realizado pela Universidade Federal da Paraíba em três comunidades de João Pessoa, onde a prefeitura implementou programas piloto de coleta seletiva [2]. “O significado psicológico possui uma função importantíssima entre o objeto e o comportamento, já que a informação que se tem sobre algo influencia no comportamento posterior sobre esse algo”, cita o estudo.

O objetivo do trabalho foi o de analisar o peso semântico da palavra “lixo”. Para isso, os pesquisadores solicitaram aos entrevistados que dissessem as cinco primeiras palavras que lhes viessem à mente ao ouvir a “palavra estímulo” lixo. A pesquisa verificou que “sujeira” foi a principal definidora apresentada pelos entrevistados, seguida de doenças, mau cheiro, reciclagem, poluição, desorganização, imundície, educação, falta de educação e insetos. Ou seja, apenas duas (reciclagem e educação) apresentaram carga afetiva positiva. Para os pesquisadores, o grande peso negativo associado ao lixo pode ser reflexo da atual situação do tratamento dado aos resíduos no Brasil.

Por que a ideia de tomar para si a responsabilidade pelos resíduos soa tão inconveniente? Para Reinaldo Canto, jornalista especializado em sustentabilidade e consumo consciente, colunista da revista *CartaCapital* e do site *Envolverde*, esse tema talvez suscite mais per-

guntas que respostas. No centro de Belo Horizonte, na Praça da Liberdade, os garis fazem quatro varrições ao dia. Ao final de cada varrição, a praça já está toda suja. “É como enxugar gelo”, relata. O que fazer? Aumentar o número de varrições ou tentar fazer com que as pessoas parem de **jogar lixo nas ruas**?

“Esse mesmo desrespeito ao espaço público estende-se aos trabalhadores das ruas, que, mesmo dando uma contribuição extraordinária à sociedade coletando resíduos deixados para trás, vivem praticamente à margem da sociedade”, diz Reinaldo Canto.

Entretanto, toda essa cadeia de desvalorização existente no espaço público, segundo ele, deverá ser revertida quando a Política Nacional de Resíduos Sólidos (*ver reportagem à pág. 34*) estiver 100% em prática. Nesse dia, o “lixo” deixará de existir e haverá apenas “resíduos”, termo que seguramente terá um peso semântico positivo, pois estará associado a recursos com valor econômico definido. “Com isso, haverá uma inversão de valores e os trabalhadores que hoje estão enxugando gelo no espaço público passarão a ser valorizados pelo mercado de trabalho e pela sociedade”, estima o jornalista. ■

Em agosto, a prefeitura do Rio de Janeiro colocou em vigor o Programa Lixo Zero, que prevê multas a quem jogar lixo nas ruas

Tapete mágico

Apesar de fundamental, o ato isolado de reciclar é como enxugar gelo, pois o aumento no volume de resíduos já supera o do crescimento populacional urbano. A saída está em adotar modelos produtivos e de consumo que reduzam a necessidade de descarte. Exemplos pontuais de cidades e empresas mostram que “lixo zero” é possível

POR MAGALI CABRAL ARTE MARCIUS MARQUES

Levar o saco de lixo para fora é uma rotina que acontece invariavelmente todos os dias em grande parte dos lares e empresas. O caminhão da coleta passa e, como um toque de magia, faz desaparecer o inconveniente rejeito cujo mau cheiro não tardaria em atrair insetos e outros animais indesejados. Tão logo o saco “desaparece”, um novo ciclo de geração de resíduos tem início até a próxima reparação dos coletores. Ao final de um ano a sociedade brasileira terá gerado 68 milhões de toneladas de lixo urbano, volume que vem aumentando em termos absolutos e *per capita*. Quer dizer, o aumento do lixo já supera o do crescimento populacional urbano [1].

A mesma tendência ocorre na maioria dos países mundo afora com algumas variações para mais – se muito industrializado – ou para menos. Para se ter uma ideia do tamanho global dessa encrenca, o volume de resíduos urbanos deve saltar do atual 1,3 bilhão de toneladas para inimagináveis 2,2 bilhões de toneladas anuais até 2025 [2].

Basta uma aula básica de Química, se tanto, para entender que a mágica praticada pelos coletores não passa de um truque ao estilo do “varrer a sujeira para debaixo do tapete”. Por volta dos anos 1770, Antoine Lavoisier resumiu sua descoberta sobre o caráter permanente da matéria em uma frase que se tornou célebre – na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma.

A teoria vale para o lixo também. Podem triturá-lo, incinerá-lo, degradá-lo, mas ele nunca desaparecerá. Estará sempre nas imediações, ainda que com outro formato ou oculto sob algum “tapete”. Tomando emprestada

[1] A geração brasileira de lixo cresceu 6,8% em 2010, comparada com os números do ano anterior – percentual seis vezes maior que o crescimento da população das cidades no mesmo período –, segundo dados da décima edição do *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2012*, estudo publicado anualmente pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). [2] A estimativa é do Programa da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo

Ciência que estuda a natureza como fonte de inspiração e modelo de imitação para processos, sistemas ou elementos

[1] Giles Hutchins trata desse assunto no livro *The Nature of Business* (ou *A Natureza dos Negócios*). [2] Os autores do estudo são Taciano Milfont, da Universidade Federal de Alagoas, Juan Carlos Contez e Raquel Belo, da Universidade Federal da Paraíba.

"Ninguém põe o lixo para fora, pois, no mundo, tudo é dentro", diz Sabetai Calderoni

uma interpretação moderna para a Lei de Lavoisier, usada pelo economista Sabetai Calderoni no documentário *Fazedor de Montanhas*, de Juan Figueroa, “ninguém põe o lixo para fora, pois, no mundo, tudo é dentro”.

Os americanos são os maiores produtores de lixo do mundo, o que não chega a ser uma surpresa. Com 4 quilos de resíduos por pessoa ao dia, equivalente a uma montanha de 210 milhões de toneladas ao ano, são os que menos reciclam (27%) entre os países desenvolvidos.

Como de praxe, o país que mais desperdiça é também o que reserva os mais belos exemplos. San Francisco, cidade do estado da Califórnia com pouco mais de 800 mil habitantes, lançou em 2009 a estratégia lixo zero (*zero waste*) e fixou prazo até

2020 para executá-la integralmente. E, pelo ritmo, nem precisava tanto tempo. Hoje, apenas 17% dos resíduos urbanos da cidade ainda seguem para aterro sanitário. Tudo isso, sem ter sido necessário aplicar nenhuma penalidade às empresas ou moradores. Estratégias muito fortes de compostagem e reciclagem, além de muita educação, são a base desse trabalho (*para saber mais, acesse sfenvironment.org/zero-waste*).

Quanto mais industrializado o país – relata o especialista em gestão de resíduos sólidos urbanos, diretor da Giral Viveiro de Projetos, Mateus Mendonça –, menor a geração de resíduos orgânicos e maior a fração de recicláveis. Parece bom, mas não é.

O ideal é reduzir ao máximo o volume de lixo não orgânico. Primeiro, porque nem todo resíduo com potencial reciclável entra na coleta seletiva e segue destino para as usinas de reprocessamento. Ao contrário, a maior parte termina misturada ao material orgânico e ambos transformam-se em rejeitos (lixo não aproveitável). Segundo, porque os processos de reciclagem, embora

importantes, também provocam um impacto nada desprezível no meio ambiente (*mais na reportagem “A outra face da reciclagem”, edição 21*).

O ideal é zerar a produção de resíduos recicláveis e produtos descartáveis pelas empresas. Impossível? Considerando-se o modelo econômico predominante, ainda longe de incorporar a sustentabilidade como vetor para a produção de bens de consumo e serviços, a resposta é sim. “Concentração populacional, consumismo e mais uma série de características da vida urbana afastam a possibilidade do lixo zero”, afirma Mateus Mendonça.

Entretanto, um salto nesse sentido pode ser dado se o comércio tradicional (compra e venda) for crescentemente substituído por contratos de prestação de serviços, em que os fabricantes passam a alugar ou arrendar seus produtos. Por exemplo, nessa chamada “economia de serviços” a empresa operadora de TV a cabo vende um pacote de entretenimento que deve incluir o fornecimento de todos os meios para que o serviço chegue à casa do consumidor, incluindo o televisor e demais acessórios. “Quando os meios se tornarem obsoletos, a empresa os substitui e, com isso, a logística reversa já fez meio caminho, sem que o consumidor gerasse resíduos ele próprio”, exemplifica Mendonça.

POR CIMA DO CARPETE

Entre os casos de gestão socioambiental mais emblemáticos e inspiradores está o da líder mundial em carpetes modulares, a americana Interface, empresa que migrou para a economia de serviços. Em vez de vender carpete, vende o serviço de instalação e de manutenção. E aposta fortemente no reúso. Os clientes recebem visitas periódicas da empresa para troca das placas modulares que eventualmente estejam mais gastas. O material recolhido é reinserido na cadeia de produção como matéria-prima, ou “matéria-seconda”, como também é chamada. Assim, fecha-se o tão sonhado ciclo do **berço ao berço** (do inglês *cradle to cradle*), um dos caminhos para a geração zero.

A história da Interface é bem maior. O fundador e *chairman* Ray Anderson deixou-a registrada no livro *Lições de Um Empresário Radical*, de 2008 [3]. Sua meta – denominada missão zero – é “bloquear todas as chaminés, fechar todas as tubulações de efluentes e não tomar nada da terra, principalmente petróleo, que não possa ser facilmente renovado até 2020”.

Como não foi possível substituir o uso de derivados do petróleo de uma só tacada, enquanto equipes da Interface desenvolviam tecnologia para o uso material renovável na confecção dos carpetes, outras vasculhavam aterros sanitários por todo o país à procura de restos de carpetes de empresas concorrentes para, assim, aumentar a fração de matéria-prima reciclada e, por tabela, diminuir o consumo de novos materiais não renováveis.

Os "Rs" fundamentais

POR LYDIA MINHOTO CINTRA

1- REDUZIR

A primeira atitude do consumo responsável é questionar a real necessidade de determinada aquisição, seja de produtos, seja de serviços. Escolher aqueles que duram mais ou são reutilizáveis e abolir a compra por impulso evita desperdícios e diminui a quantidade de resíduos gerados. Não é de hoje que a literatura usa o jogo de palavras para rimar e distinguir os verbos “ser” e “ter”. Gente que experimenta a simplicidade no cotidiano sabe que ter menos pode ser mais prazeroso. Um bom começo é reduzir o uso de embalagens, preferir produtos a granel àqueles embalados em isopor e plástico, evitar o “troca-troca” de celulares e computadores e repensar a quantidade de brinquedos que abarrotam o quarto das crianças. Palavra de ordem por uma vida menos superlativa e mais bem vivida. Contribuem para “reduzir” as práticas de “recusar”, “redesenhar” e “reparar”:

• RECUSAR

Para uma sociedade com menos resíduos muitas vezes é necessário – e possível – dizer “não”. Por exemplo, recusar as famigeradas sacolinhas plásticas do supermercado, substituindo-as por caixas ou *ecobags*. Saquinhos oferecidos em compras minúsculas também são completamente dispensáveis.

• REDESENHAR

Empresas e indústrias também devem entrar no jogo e investir em projetos inteligentes que alterem a forma como suas mercadorias são produzidas. Processos que consomem menos água e materiais, embalagens e produtos mais fáceis de serem reciclados e esforços para uma gestão adequada de resíduos são pontos cruciais.

• REPARAR

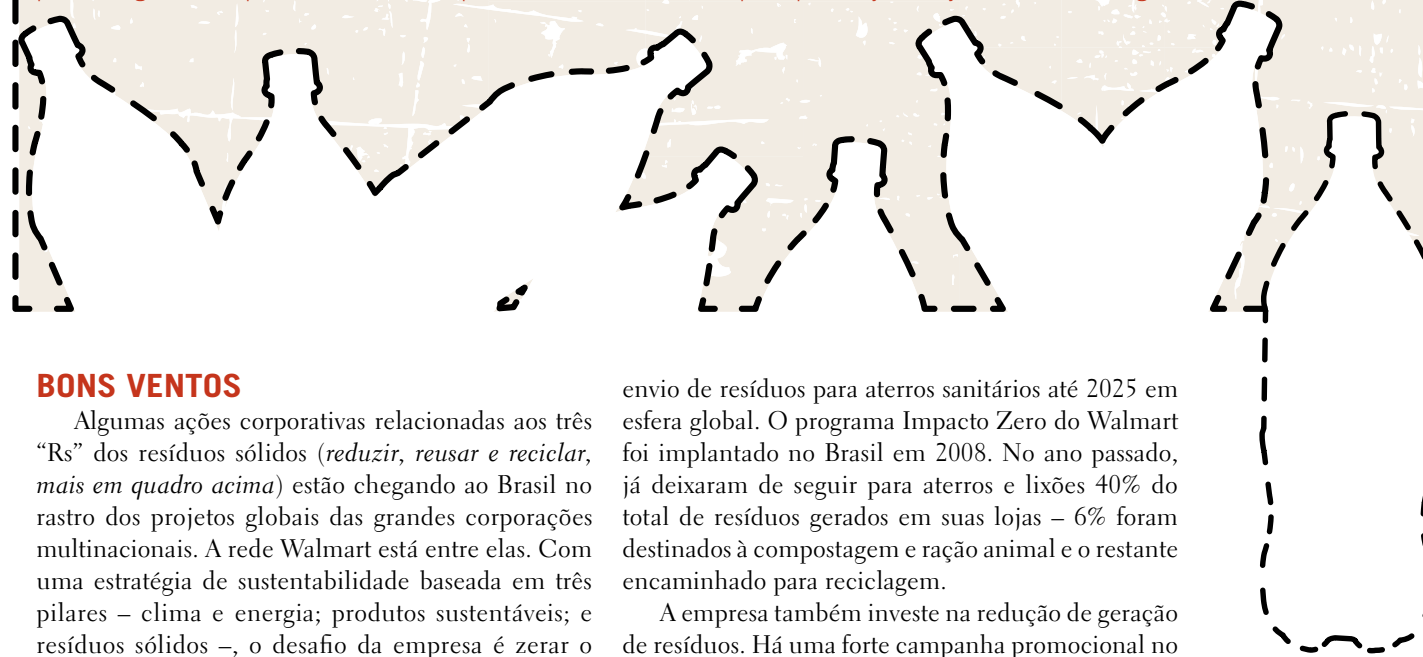
Uma forma de reagir à cultura do descartável é investir no conserto de objetos quebrados em vez de comprar novos – exigentes de muita energia e matéria-prima extraídas de um planeta que já acenou sua finitude (*mais sobre obsolescência programada na reportagem “Marcados para Morrer”, edição 56, e na nota “Conserte você mesmo”, edição 75*).

2- REUSAR

Jogar diretamente no lixo algo que pode ser recriado esvazia as chances de se aproveitar todas as possibilidades de um mesmo objeto. Móveis podem ganhar novas roupagens e funções, folhas de rascunho podem virar caderno e bloco de anotações... aproveite a internet, que está repleta de sites e blogs divulgando boas ideias de reutilização e reaproveitamento. Buscar novos significados para os pertences é um convite à criatividade e ajuda a diminuir a pressão sobre recursos.

3- RECICLAR

Colocar objetos em um novo ciclo de produção: eis o que se faz ao “re-ciclar”. Diferentes técnicas de reciclagem constituem um mercado que gera empregos, economiza energia e origina matérias-primas para fabricação de outros bens – o que é mais econômico e sustentável do que começar o ciclo do zero, com recursos extraídos primariamente da natureza. A coleta seletiva doméstica tem um papel importante nisso tudo. Em casa, duas lixeiras são o suficiente: uma para os resíduos orgânicos – como cascas de frutas e restos de verduras que podem ser transformados em adubo por meio de composteiras em casas, apartamentos e escritórios – e outra para os secos. Quando os resíduos são separados corretamente, o índice de aproveitamento passa de 70% (*mais em goo.gl/rHAjv1*). Exigir programas de reciclagem dos governos locais também é essencial para que o objetivo seja efetivamente atingido.



BONS VENTOS

Algumas ações corporativas relacionadas aos três “Rs” dos resíduos sólidos (*reduzir, reusar e reciclar, mais em quadro acima*) estão chegando ao Brasil no rastro dos projetos globais das grandes corporações multinacionais. A rede Walmart está entre elas. Com uma estratégia de sustentabilidade baseada em três pilares – clima e energia; produtos sustentáveis; e resíduos sólidos –, o desafio da empresa é zerar o

envio de resíduos para aterros sanitários até 2025 em esfera global. O programa Impacto Zero do Walmart foi implantado no Brasil em 2008. No ano passado, já deixaram de seguir para aterros e lixões 40% do total de resíduos gerados em suas lojas – 6% foram destinados à compostagem e ração animal e o restante encaminhado para reciclagem.

A empresa também investe na redução de geração de resíduos. Há uma forte campanha promocional no

Em oposição à expressão “do berço ao túmulo”, que representa um modelo linear de produção (produção, consumo e descarte), o suíço Walter Stahel cunhou o termo “do berço ao berço”, segundo o qual os produtos pós-consumo são desenhados para serem reaproveitados como matéria-prima na própria cadeia produtiva, ou na cadeia de outro segmento, fechando o ciclo

[3] Lançado pela Editora Cultrix, São Paulo, com o subtítulo: “Como o CEO de uma desconhecida companhia conseguiu dobrar o faturamento, conquistar novos clientes, motivar funcionários e gerar inovação com um objetivo muito simples: não tirar da terra o que a terra não possa repor”.

CAPA

Brasil para o não uso de sacolas plásticas, inclusive com descontos para os clientes que as recusam – 3 centavos para cada 5 itens não embalados em sacolas plásticas descartáveis. “Já concedemos R\$ 1,06 milhão de descontos, equivalente a 30 milhões de sacolas”, informa a diretora de sustentabilidade do Walmart, Camila Valverde.

A rede ainda mantém uma estratégia de redução de embalagens na relação com os fornecedores. “A mudança no início da cadeia produtiva é fundamental. Produz ganho em escala e tem reflexo na extração de recurso natural”, afirma. Um trabalho recente em parceria com a Johnson & Johnson resultou em redução de 18% na caixinha do curativo *band-aid*. “Com essa redução na embalagem, a Johnson & Johnson está usando 80 contêineres a menos nas exportações do produto para os Estados Unidos”, relata.

LIXO VERDE E AMARELO

Enquanto alguns países já discutem o lixo zero, o Brasil engatinha em todos os aspectos que envolvem a redução, reúso e reciclagem de resíduos sólidos. Brasileiros produzem bem menos resíduos *per capita* que americanos, entre 1 e 1,2 quilo ao dia. A razão principal é a grande parcela da população ainda excluída do mercado de consumo.

Em boa parte do País, o descarte do lixo não segue métodos minimamente apropriados. Apenas cerca de 58% do total coletado tem como destino os aterros sanitários, terrenos que funcionam de acordo com as exigências legais. O restante é despejado em aterros controlados (24,2%) e em **lixões** (17,8%), que tecnicamente guardam poucas diferenças entre si. O Brasil também recicla pouco: cerca de 4%, e seria ainda menos se não houvesse uma forte intervenção e organização de catadores (*mais em reportagem à pág. 40*).

“Nossa política de resíduos é recém-lançada”, lembra a pesquisadora Rizpah Besen, da Faculdade de Saúde Pública da USP, o que ajuda a explicar o atraso brasileiro em relação a outros países na gestão do lixo. “A Europa está debruçada sobre o tema há mais de 20 anos e, por isso, tem metas de redução muito mais avançadas.” Ainda assim, poucos países europeus, segundo ela, estão conseguindo reduzir a geração. “Na Alemanha, com uma das maiores taxas de reciclagem no mundo (46%), poucos estados e municípios traçaram metas ambiciosas de redução.”

Rizpah explica que, para reduzir as montanhas de lixo, além de um trabalho intenso em educação, é im-

prescindível o uso de alguns instrumentos econômicos. Compras “verdes” por parte do governo, por exemplo, estimulariam esse mercado. A desoneração tributária, idem. “A matéria-prima reciclada costuma ser mais cara do que a virgem por causa das bitributações (*o imposto incide sobre o material virgem e o reciclado*)”, justifica. Outro instrumento é a taxação por domicílio, que chegou a ser tentada em São Paulo entre 2002 e 2005, mas derrubada pela administração municipal seguinte.

Para Ricardo Abramovay, professor titular do Departamento de Economia da FEA-USP, o Brasil ainda é uma sociedade do jogar fora. “Precisamos rapidamente nos tornar, pelo menos, uma sociedade recicladora.” Mas, segundo ele, enquanto estiverem envolvidos nesse projeto apenas a sociedade civil, o governo e os catadores não se avançará. As empresas precisam compartilhar essa responsabilidade, investindo em programas educativos e pagando para que seus resíduos desviem-se dos lixões e aterros e sigam para reciclagem (*mais sobre logística reversa à pág. 34*). Os catadores, hoje os principais responsáveis pela tarefa, recebem apenas pelos resíduos que conseguem vender. Eles precisam receber também pelo serviço ambiental que prestam a toda a sociedade.

O VELHO TRUQUE DO FOGO

Enquanto tantos gargalos persistem, o lixo segue acumulado em condições degradantes. Por causa disso, alguns grupos ligados à gestão de resíduos começam a defender a instalação de incineradores em regiões litorâneas, onde é proibida a construção de aterros sanitários. Rejeitos gerados em municípios do litoral paulista, incluindo a Baixada Santista, precisam ser transportados até aterros da capital ou do interior do Estado. Para resolver esses casos pontuais, o advogado


Vistos por muitos como solução, os incineradores, além de queimar “matéria-prima”, emitem gases-estufa e geram cinzas com partículas tóxicas, entre outros tantos problemas

Fabício Soler, do escritório Felsberg, acha positivo o uso de incineradores, tecnicamente denominados *unidades de recuperação de energia*, a partir dos quais também se gera energia elétrica.

Segundo Soler, a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), ligada à Secretaria do Meio Ambiente do governo paulista, já editou uma norma para controle de emissão atmosférica que habilita o uso desse tipo de equipamento. “Até que me provem o contrário, um país que está repleto de lixões tem de ganhar tempo e, se bem operado e bem fiscalizado, o incinerador funciona.”

Se, por um lado, os incineradores resolvem a questão da falta de espaço (são muito usados na Europa e no Japão), por outro implicam um rol de graves problemas. Durante debate sobre resíduos sólidos realizado em agosto pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), o presidente da Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal, Ronei Alves, expôs alguns deles: emissões de gases-estufa que atravessam os filtros; geração de cinzas que podem conter partículas perigosas; custo do equipamento em torno de US\$ 250 milhões para atender a uma cidade de médio porte; falta de operadores capacitados; necessidade de queima de

material com potencial reciclável junto com orgânico para se obter combustão adequada; e descarte dos filtros do incinerador com toda a matéria tóxica neles retida.

A bióloga Maluh Barciotte, especialista em consumo responsável e pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens), da USP, faz uma analogia entre incineradores e medicina curativa. Não é a prática, mas já é perceptível que a medicina caminha em direção à prevenção de doenças. “Desenvolver e ministrar drogas já não basta”, explica. Quando se trata das epidemias de diabetes tipo 2 e obesidade em crianças, é necessário intervir na qualidade da alimentação. Filtros equivalem a remédios que controlam doenças. “No caso do incinerador, apenas mudará a poluição de um meio para outro, mais precisamente do ar para o solo, no aterro.” Como diria Lavoisier... 

■ A meta brasileira para acabar com os lixões, prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010, vence em agosto do ano que vem

O mundo na varanda

FOTOS RONALDO KOTSCHO TEXTO AMÁLIA SAFATLE

Como jornalista e fotógrafo, Ronaldo Kotscho já teve de viajar muito pelos cantos do mundo. Até que resolveu ancorar em São Sebastião, a bela cidade costeira do Litoral Norte de São Paulo, e dali fazer seu farol. Na varanda de casa, especialmente localizada defronte ao canal que dá vista para a Ilhabela, é o mundo, agora, que passeia diante dos olhos. E este vem gradações de cor, movimentos de nuvem, passagem de horas, paletas de paisagem, clarões ora do Sol, ora da Lua, ora das casas com suas centenas de luzinhas. Barcos, banhistas, paraquedistas – qualquer deslizar é capturado por um ponto de vista e suas angulações. As manhãs viram tarde e o anoitecer amanhece, sem deixar nenhum resíduo pelo caminho. Tudo é reaproveitado nesse rodopio incansável.









Eterno retorno

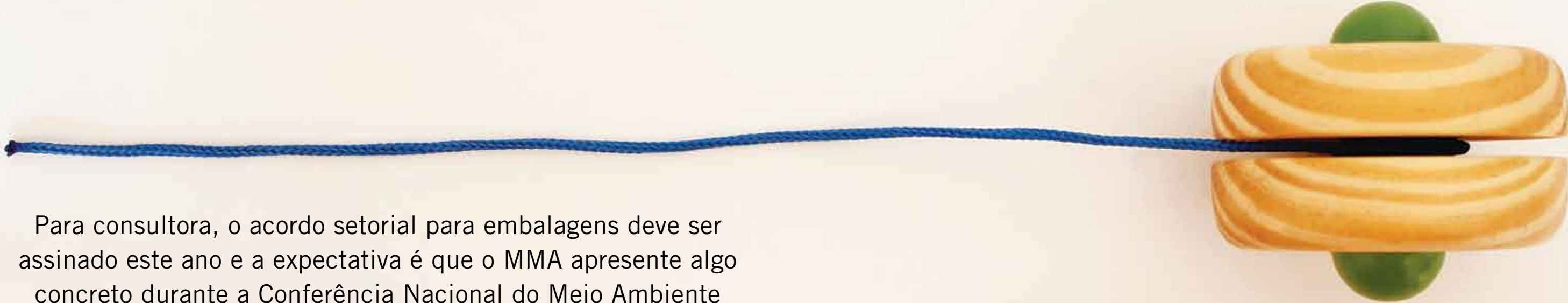
Objeto de sedução e muitas vezes determinante na escolha do produto, a embalagem tornou-se o maior nó para a destinação correta de resíduos e demandará mudanças mais profundas do que estruturar cadeias de recolhimento e reciclagem

POR MÔNICA C. RIBEIRO FOTOS AMANDA ABAD

Não faz muito tempo, íamos ao supermercado levando os chamados cascos de refrigerante e cerveja. Eram embalagens retornáveis, pelas quais pagávamos apenas na primeira compra. Então vieram as embalagens *one way* (sem retorno), que encheram aterros e lixões de **matéria-prima passível de ser reintroduzida nos ciclos produtivos**.

A sedução da embalagem entre os consumidores incrementa a renda das agências de publicidade e é fator que costuma influenciar na escolha do produto. Com a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a relação com as embalagens terá de ser repensada e requalificada em novas bases. A conta do resíduo gerado pelo consumo reflete-se no custo da estrutura necessária para implantar sistemas eficientes de coleta seletiva, separação e destinação adequada desse material. A pergunta que não quer calar é: “Quem assume esses custos?”

Das cerca de 183 mil toneladas diárias de lixo produzido no País, 73 mil são resíduos recicláveis, de acordo com o estudo *Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para a Gestão de Resíduos Sólidos*, lançado em 2010 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e equivalem à perda de R\$ 8 bilhões por ano em matérias-primas não aproveitadas



Para consultora, o acordo setorial para embalagens deve ser assinado este ano e a expectativa é que o MMA apresente algo concreto durante a Conferência Nacional do Meio Ambiente

O modelo da responsabilidade compartilhada pós-consumo adotado pela PNRS (*mais em quadro* pág. 39) traz muitas questões para a reintegração das embalagens originais ao ciclo de produção das empresas. Depois de tramitar durante duas décadas no Congresso, o marco em resíduos sólidos foi aprovado em 2010. Fabio Feldmann, autor do projeto de lei original, de 1992, avalia que a definição sobre responsabilidade – e os custos a ela relacionados – pela destinação correta das embalagens foi o que mais contribuiu para esse atraso.

A legislação atribui às empresas a responsabilidade pela implantação dos processos de logística reversa, garantindo que embalagens pós-consumo sejam reintegradas à cadeia produtiva ou depositadas em lugar seguro. Mas todos são responsáveis pela gestão do resíduo. Concatenar tantas responsabilidades e atribuições é uma engenharia complexa, que exige capacitação de gestores municipais, engajamento do consumidor, estabelecimento de coleta

de óleos lubrificantes e seus resíduos; lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; e eletroeletrônicos. Cabe aos setores propor modelos de logística reversa, por meio de editais de chamamento divulgados pelo governo federal – que, se aprovados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), terão caráter de contrato, estabelecendo-se metas, responsabilidades e sanções em cada caso.

As embalagens em geral são o caso mais complexo de administrar para a logística reversa, porque na prática são os resíduos coletados porta a porta. As demais cadeias prioritárias, por serem compostas de resíduos perigosos ou que implicam risco de contaminação, atendem a outra dinâmica.

“A avaliação e tramitação do acordo setorial para o setor de embalagens em geral estão adiantadas. A ideia é que haja assinatura desse acordo ainda este ano”, diz Patrícia Faga Iglecias Lemos, consultora ambiental da Visu Advogados, que participou da elaboração de uma **proposta** encaminhada ao MMA no fim de 2012. Patrícia espera que o ministério apresente algo concreto em outubro, durante a Conferência Nacional do Meio Ambiente.

Pela proposta, o transporte, a triagem e a classificação do resíduo ficarão a cargo das cooperativas ou do comércio atacadista de materiais recicláveis. A logística reversa seria implantada em duas fases. A primeira englobaria as 12 cidades sede da Copa de 2014 e busca ampliar o número e/ou a capacidade das cooperativas, capacitar catadores,

consolidar Pontos de Entrega Voluntária (PEVs), promover a compra deste material pelas empresas e investir em campanhas de conscientização ao consumidor.

Somente a partir dos resultados dessa primeira fase é que seriam traçadas estratégias de implementação em nível nacional – a fase dois. Entre as atribuições propostas para o MMA está a garantia da abrangência nacional desse acordo e sua prevalência sobre os acordos em nível regional, estadual, municipal.

Enquanto a PNRS tramitava no Congresso, estados e municípios editaram uma miríade de legislações. O advogado Fabricio Soler, da Felsberg Advogados, aponta que só em 2012 foram publicadas 100 normas regulamentando esse assunto no País, com metas e prazos diversos, e que a compatibilização desse arcabouço jurídico seria em si um grande desafio. As legislações municipais, estaduais e regionais podem por lei ser mais exigentes do que a PNRS, mas não menos.

■ O InpEV foi criado antes da PNRS, atendendo à Lei nº 9.974/2000, que coloca a responsabilidade pela destinação de resíduos e embalagens vazias em quem produz e em toda a cadeia envolvida na comercialização e no uso. Hoje 94% das embalagens plásticas primárias (que entram em contato direto com o produto) e 80% das embalagens vazias de defensivos agrícolas comercializados têm destino certo

A proposta da coalizão não é centralizada como o modelo de reciclagem de embalagens de agrotóxicos, considerado muito eficaz, cujo setor criou o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (InpEV) para gerenciar o processo de coleta e destinação em fins de 2011. São projetos das diversas empresas e/ou associações que serão auditados para atender o objetivo da meta: reduzir em torno de 22% do volume de embalagens depositadas em aterros até 2015.

As medidas implementadas pelas empresas durante o ano de 2012, ou seja, antes da assinatura do acordo, seriam contempladas para fins de cálculo da meta.

Segundo levantamento do Ipea, o número de municípios que desenvolvem programas de coleta seletiva de materiais recicláveis aumentou 120% entre 2000 e 2008, chegando a 994 cidades. Esse marco, entretanto, ainda não ultrapassa 18% dos municípios brasileiros.

A PNRS estabelece que a organização da coleta seletiva é responsabilidade dos municípios e condiciona a liberação de recursos à apresentação de planos de gerenciamento de resíduos. Apenas 10% das cidades conseguiram entregar seus planos. Isso revela outro problema: a qualificação deficiente do quadro técnico das prefeituras para lidar com o assunto. Os valores são também significativos: o custo médio do serviço estruturado é de R\$ 424 por tonelada, enquanto o convencional custa R\$ 95. [1]

O artigo 12 do Decreto nº 7.404/2010 define que “a coleta seletiva poderá ser implementada sem prejuízo da implantação de sistemas de logística reversa”. O artigo 18 aponta que “na implementação e operacionalização do sistema de logística reversa” – atribuição das empresas –, “podem ser instituídos postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis, devendo ser priorizada, especialmente no caso de embalagens pós-consumo, a participação de cooperativas ou outras formas de associações de catadores de materiais recicláveis ou reutilizáveis”.

[1] Dados da Pesquisa Ciclosoft/Cempre 2012

■ Acordos setoriais são contratos entre o poder público, fabricantes, distribuidores e importadores ou comerciantes com a finalidade de implantar a logística reversa compartilhada. O governo pode ainda editar legislações específicas ou firmar termos de compromisso estabelecendo prazos e metas para ações previstas na PNRS

■ A proposta foi encaminhada por uma coalizão que inclui 28 entidades, entre as quais o Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), a Associação Brasileira de Embalagem (Abre), a Associação Brasileira das Empresas de Reciclagem (Recibrás) e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)

Abramovay aponta que a implantação da PNRS exigirá aumento de preço, ou redução da margem de lucro, ou um pouco das duas coisas

André Vilhena, diretor-executivo do Cempre, reconhece que há déficit de capacitação nas prefeituras, e avalia que é preciso preparar os técnicos para que possam assumir com competência sua atribuição. Segundo ele, hoje existem mais recursos – por meio de agentes como BNDES, Funasa e Caixa Econômica Federal – do que capacidade de gastar. Mas, para que os administradores públicos acessem os recursos, é preciso ter os planos de gerenciamento. “A responsabilidade pela coleta seletiva é do gestor local. O setor empresarial pode ajudar, mas não substituir o papel”, afirma.

Outra proposta de acordo foi encaminhada ao MMA por mais de sete entidades, entre elas a Associação Brasileira de Municípios (ABM), a Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma) e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Por esse modelo, seria criada uma gestora nacional, tal como o InpEV. Essa gestora seria responsável pelo gerenciamento dos recursos dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes – a serem arrecadados para remunerar os municípios pelos serviços prestados pela coleta seletiva – e pela recuperação dos resíduos sólidos de embalagens em geral. Proporia ainda a criação de fundos municipais para remuneração e operacionalização dos sistemas de coleta seletiva e de recuperação dos resíduos.

PÁGINA22 tentou ouvir o MMA por telefone e email a respeito das propostas, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

BASE DE NOVA RIQUEZA

O coração da PNRS propõe chacoalhar a própria maneira de conceber, desenhar, usar e descartar os bens e os serviços (*mais em reportagem à pág. 23*). Os resíduos, sempre que possível, deverão ser base para a produção de nova riqueza. Ou seja, o desafio central estaria na implantação de modelos que permitam agregar valor aos materiais remanescentes do consumo – o que pode ser definido como *upcycle* – e não que levem à sua depreciação.

A ampliação da vida útil dos produtos manufaturados e o design para facilitar a recuperação e reciclagem devem ser priorizados nos processos de desenvolvimento e de inovação, defende Eloisa Garcia, pesquisadora e gerente de sustentabilidade do Centro de Tecnologia de Embalagem (Cetea). No caso da indústria de embalagem, os desafios estão em especial na otimização da quantidade por volume de produto acondicionado, sem comprometer seu desempenho e sua função de proteção, e em sua contribuição para fortalecer a indústria da reciclagem.

Entre as estratégias apontadas por ela, algumas já estão disponíveis no mercado: redução do peso de todo tipo de embalagem (tecnologia que permite manter a mesma performance usando menos material), o desenvolvimento dos chamados produtos refil (a embalagem muitas vezes não tem alto índice de reciclabilidade, mas a quantidade de material por volume de produto é menor), embalagens de grande volume (a quantidade de embalagem por quantidade de produto é mais otimizada), produtos concentrados (pela eficiência e eficácia, o volume de embalagem é menor). [2]

Mas a inovação tecnológica deve mirar além. É possível melhorar produtos por meio do “pensar no ciclo de vida” (*lifecylethinking*), com análise crítica dos efeitos adversos secundários (*trade-offs*), inclusive das decisões. A troca de material de um componente do pro-

[2] A Associação Brasileira de Embalagem (Abre) lançou este ano a cartilha *Meio Ambiente e a Indústria de Embalagem*, esclarecendo conceitos e processos para reintegração dos diversos materiais à cadeia produtiva. Acesse em goo.gl/ek4pn8.

Responsabilidade: compartilhada versus estendida

O modelo adotado pelo País para gerenciar os resíduos pós-consumo é o da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, que prevê responsabilidades individualizadas e encadeadas de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, no caso, os municípios. Já a chamada responsabilidade estendida, adotada pela União Europeia, estabelece como responsabilidade do produtor também o estágio pós-consumo do produto que ele coloca no mercado.


A responsabilidade do produtor, nesse segundo caso, pode assumir três formas básicas: **take-back** (obrigação de o fabricante/importador receber a devolução do remanescente do produto, quando for descartado, que já é praticada por empresas de eletroeletrônicos como Dell e HP, por exemplo); **depósito-retorno** (taxa sobre o consumo, restituída quando o produto fora de uso ou seu recipiente for devolvido – o caso das garrafas de vidro é o mais conhecido e o sistema de depósito era praticado em larga escala até a adoção das garrafas *one-way*); **coleta domiciliar** (separação e destinação adequada dos resíduos por parte do produtor ou de uma organização que age em seu lugar). Os dados fazem parte do livro *Lixo Zero: Gestão de resíduos sólidos para uma sociedade mais próspera*, de Ricardo Abramovay, Juliana Simões Speranza e Cécile Petitgand, lançado na Conferência Ethos 2013.


Na União Europeia, os resultados da responsabilidade estendida, embora desiguais, são bastante impressionantes. Em 2008, foi aprovada uma diretriz pela qual 50% de todos os seus resíduos deverão ser reciclados até 2020. Suécia, Suíça, Holanda, Alemanha, Áustria e França já ultrapassaram esse percentual. Merece destaque a Packaging Recovery Organisation Europe (PRO Europe), organização fundada em 1995 que congrega 35 produtores nacionais comprometidos com coleta seletiva e reciclagem de embalagens. A principal iniciativa do grupo é o Green Dot – Ponto Verde –, marca licenciada e adotada por indústrias de vários países.

duto visando a redução da massa de resíduos no pós-consumo, por exemplo, sem avaliar se na fabricação do novo material a geração de resíduos sólidos não supera a do material convencional, é um exemplo disso.

Ponto sensível em toda essa cadeia de valor de matérias-primas reutilizadas e recicladas são os instrumentos creditícios e tributários para incentivar o cumprimento das diretrizes da PNRS. Vilhena lembra, em especial, da necessidade de revisar os tributos, uma vez que hoje as obrigações são as mesmas para quem recicla e para quem utiliza matéria-prima virgem. Assim, sobre o produto reciclado acaba incidindo uma bitributação. “É preciso suspender o ICMS para material reciclado e reciclável. Com isso a gente combate a informalidade no setor”, diz.

A conscientização do consumidor também entra na conta. Para especialistas em sustentabilidade, a comunicação do custo do processo e de seu eventual repasse aos preços das mercadorias é instrumento importante de educação ambiental e pode ajudar na adoção de outra dinâmica em relação ao consumo. Ricardo Abramovay aponta que a implantação da PNRS exigirá aumento de preço, ou redução da margem de lucro, ou um pouco das duas coisas, e o consumidor precisará entender essa conta como parte do processo de conscientização.

A gerente de sustentabilidade da **Coca-Cola Brasil** , Flávia Neves, avalia que primeiramente é preciso saber se de fato a conta vai aumentar, já que o empoderamento das cooperativas pode baixar o valor que as empresas hoje pagam pelo quilo do pet reciclado e trazer maior retorno financeiro aos cooperados: “O pet é vendido em média a R\$ 0,60 o quilo por um catador autônomo a uma cooperativa, que por sua vez vende a aproximadamente R\$ 0,90 para um intermediário, que repassa por R\$ 2. No fim, a empresa paga cerca de R\$ 4. O valor triplica. Quanto mais o cooperado beneficia esse material, mais ele lucra”, exemplifica.

Só vamos saber se essa conta fecha daqui a alguns anos. Fabio Feldmann vislumbra que haverá uma visão radicalmente distinta sobre os resíduos daqui a duas décadas. “Essa legislação cria uma política e um processo. Não encerra um assunto – e, sim, começa”, afirma. 

 A Coca-Cola, por meio do Instituto Coca-Cola Brasil, planeja deixar a reciclagem como um legado da Copa 2014. Segundo informações da empresa, hoje são 300 cooperativas apoiadas, e a meta é chegar a 500 até o fim do ano que vem. O relatório de sustentabilidade 2010/2011 registra que, nos últimos anos, a proporção de resíduos reciclados em relação aos gerados pela companhia chegou a 76% em 2010 e a 82% em 2011



Vale mais do que pesa

Agente crucial da reciclagem e peça-chave da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o catador precisa ser remunerado pelo serviço que presta à sociedade e ao ambiente, e não apenas pelo material transacionado

POR DIEGO VIANA FOTOS TOM BRAZ

Uma pequena fileira de camionetas com logotipo da prefeitura paulistana se perfila diante de um galpão de 900 metros quadrados às margens do Rio Tietê, em São Paulo, quase invisível, atrás do muro alto caiado, para o trânsito da via expressa. Ao entrar, os caminhões despejam enormes sacos brancos que, empilhados, atingem quase 3 metros de altura e conferem um aspecto de paisagem lunar ao terreno. Eles trazem material reciclado oriundo dos chamados PEVs, os pontos de entrega voluntária, para serem triados e reenviados para centrais de reciclagem.

Diante do galpão, a organização não é rígida. É difícil distinguir o espaço destinado ao material bruto, aos resíduos já separados e aos fardos de papelão, isopor ou plástico prontos para reciclar. A aparente confusão não existe aos olhos dos quase 70 membros da cooperativa Viva Bem, que se ocupam do conteúdo dos sacos. São resíduos recicláveis, a maior parte obtida por meio de convênios com empresas.

O material é levado para duas esteiras, triado, prensado e vendido a centrais de reciclagem. Os cooperados são parte dos entre 300 mil e 1 milhão de pessoas no Brasil que trabalham com a recuperação

de resíduos recicláveis, como carroceiros das grandes cidades, catadores nos lixões e separadores nas mesas de triagem. Após décadas de mobilização, só em 2010 esses trabalhadores foram oficialmente contemplados pela legislação. Segundo um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicado ano passado, 90% da recuperação de resíduos recicláveis no Brasil são fruto do trabalho de catadores, gerando uma movimentação que o Ipea calcula entre R\$ 1,4 bilhão e R\$ 3,3 bilhões.

O reconhecimento do trabalho dos catadores está em diversos pontos da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Segundo o catador Ronei Alves, que preside a Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (Centcoop-DF), esse reconhecimento dependeu de muita pressão sobre as Comissões de Constituição e Justiça do Senado e da Câmara dos Deputados entre 2006 e 2010. “O movimento está forte”, diz. “Agora estamos procurando nos especializar e estudar. Vários companheiros estão fazendo faculdade de Administração de Empresas, Gestão Ambiental e outras”, completa. Ele mesmo é estudante de Direito.

A maior ajuda que a sociedade pode dar é mandar o material limpo. "Não precisa lavar. Basta passar água", diz consultor

A presença do catador na lei é interpretada e celebrada pelos ativistas e sindicalistas a partir de dois conceitos: a inserção social, por um lado, e o serviço ambiental que fornecem, por outro. Afinal, segundo dados referentes a 2008, também do Ipea, 32% do lixo produzido nas cidades é reciclável, a coleta seletiva se expandiu 120% na última década, mas não atinge mais de 18% dos municípios do País. Como resultado, diz o estudo, "mais de 90%, em

■ Tecnicamente, aterro sanitário é uma estação de depósito de resíduos sólidos que evita toda contaminação do solo e da água, trata o chorume e queima o metano. O aterro controlado é um antigo lixão que sofreu ajustes para reduzir o impacto ambiental, queimando o metano e recolhendo o chorume. O lixão é uma área de despejo sem qualquer cuidado ambiental

massa, dos resíduos são destinados para a disposição final em **aterros sanitários, aterros controlados e lixões** ■, sendo os 10% restantes distribuídos entre unidades de compostagem, unidades de triagem e reciclagem, unidades de incineração, vazadouros em áreas alagadas e outros destinos".

Enquanto isso, o serviço ambiental é o principal campo de batalha para os movimentos de catadores, a começar pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Alves afirma que "a maior dificuldade é tirar essas determinações

■ Em termos simplificados, significa o fluxo de materiais do ponto final de consumo para o local de origem para reaproveitamento ou deposição em lugar seguro

do papel. O governo federal pode dar todo o apoio que for, mas, quando se chega às prefeituras, que devem implementar as resoluções, as dificuldades são gigantescas".

A lei que instituiu a PNRS determina que o catador deve estar presente em todas as etapas da **logística reversa** ■. Hoje, lembra Alves, a responsabilidade pela reciclagem é compartilhada entre Estado e setor privado, mas ele reclama que as empresas só querem tomar atitudes que revertam em ganhos de imagem. Quanto ao poder público, ele estima que um sistema eficaz de limpeza para o Distrito Federal custaria R\$ 80 milhões, mas "é mais fácil gastar R\$ 2 bilhões em estádio".

Uma iniciativa que visa usar um instrumento de mercado para dar corpo à determinação da lei de resíduos sólidos é o acordo entre o MNCR e a Bolsa Verde do Rio de Janeiro (BVRio), que criou uma plataforma virtual de negociação de créditos de logística reversa para empresas e catadores de todo o Brasil. O sistema é semelhante a outros mecanismos da bolsa carioca, como as transações com pneus ou créditos de reserva ambiental. Segundo Maurício de Moura Costa, diretor da BVRio, desde a promulgação da PNRS a instituição estuda a lei para entender como seria possível desenvolver um mecanismo desses e, em contato com a indústria e o movimento dos catadores, chegou ao formato dos créditos negociáveis em bolsa.



A vantagem do modelo de créditos é enfrentar um dos principais problemas na reciclagem: tanto para catadores como para empresas, os materiais têm valores muito díspares. Enquanto a garrafa pet vale em São Paulo cerca de R\$ 1,70 por quilo, o papel misto é negociado a R\$ 0,05. Com isso, o papel corre o risco de ser ignorado e não ir para a reciclagem.

É por isso que os movimentos de catadores reiteram a necessidade de remunerar o serviço prestado, não só o peso entregue. No sistema da Bolsa Verde, a logística reversa se faz por meio do serviço dos catadores, ao qual é atribuído um crédito semelhante aos créditos de carbono criados na esteira do Protocolo de Kyoto. "No mínimo, a venda desses créditos para as empresas será uma fonte de renda adicional", diz Moura Costa.

A partir de outubro, prazo para início das operações da plataforma digital, quando uma cooperativa vender material para reciclagem, receberá uma nota fiscal com um determinado número de créditos correspondentes ao serviço de recuperação do material. Indústrias catalogadas na plataforma poderão adquiri-los para cumprir suas metas, a serem definidas em negociação em curso com o governo. "Os preços serão determinados pela oferta e a demanda", diz o executivo.

TRIAGEM COTIDIANA

Os mecanismos de mercado ainda não chegaram ao dia a dia da maior parte dos catadores do Brasil. A cooperativa Viva Bem, citada no início, é uma das maiores de São Paulo e também uma das mais equipadas. A maioria das cooperativas não dispõe de esteira, quanto menos de duas. Nesse caso, a triagem é feita sobre uma mesa. A Viva Bem dispõe de três prensas e dois caminhões próprios, mas recebe material de outros 11 pertencentes à Prefeitura. Graças a essa estrutura, obtida a partir de convênios com institutos ligados a grandes empresas e à Prefeitura, a cooperativa gera uma receita entre R\$ 80 mil e R\$ 100 mil a cada mês.

Em muitos Estados, dificilmente um catador fatura mais que R\$ 400 por mês. Férias remuneradas, como têm os cooperados da Viva Bem, exigem uma saúde financeira raramente atingida. Na cooperativa paulistana, os trabalhadores mais diligentes conseguem



um rendimento mensal superior a R\$ 2 mil, embora a média esteja entre R\$ 1 mil e R\$ 1,1 mil. Um catador, que circula apressado por entre as esteiras e mal se interrompe para falar com a reportagem, orgulha-se de faturar quase R\$ 3 mil.

A remuneração varia segundo a produção. "Senão, a pessoa relaxa", diz José Maria Batista, que coordena o trabalho externo, isto é, da chegada do material até o envio para as esteiras. Ele se vangloria da produtividade, que chega a 80 toneladas por mês por catador sob o sistema de remuneração variável, em oposição a 35 toneladas por quem ganha um valor fixo.

Apesar do estado relativamente avançado dessa cooperativa em particular, persistem problemas ligados ao profissionalismo incipiente. Atrasos e faltas sem justificativa passaram recentemente a ser punidos com rigor. Muitos catadores que trabalham na esteira rejeitam o uso de luvas, estimando que torna seu trabalho mais lento, o que é problemático para quem é pago por produtividade. Também há acidentes. Alguns são potencialmente graves. Em agosto, um rapaz, embora usasse luvas, feriu-se com uma agulha de seringa e enviado imediatamente para exames. Outros soam prosaicos. Uma pessoa que recolhia o material recém-chegado deixou cair uma lata. Ao recuperá-la, atirou-a com displicência e atingiu uma colega, que levou pontos na testa e tirou um dia de licença médica.

O regime das esteiras é coordenado por Edileusa Conceição, que se tornou catadora nos anos 1990, quando estava desempregada e uma amiga sugeriu que fossem recolher materiais no lixão. Ficou lá por 14 anos. Mais tarde, trabalhou também como funcionária de uma empresa de reciclagem que, recentemente, decidiu se concentrar em negociar entulho, muito mais lucrativo.

Ela explica que organiza entre 12 e 14 pessoas para trabalhar em cada esteira, mas sempre há faltas. Quase todos os cooperados que trabalham nas esteiras são mulheres. "Os homens acham que não cai bem para eles, preferem ficar no apoio, trabalhos que exigem força", ela explica. Cada pessoa na triagem é responsável por identificar e recolher três tipos de objeto reciclável. Com pausa para o almoço e duas outras menores para descanso, a triagem vai das 8h às 17h, com plantões alternados no fim de semana.

O engenheiro de produção Adriano Pimenta é consultor técnico



da ITCP-FGV, incubadora de cooperativas da Fundação Getúlio Vargas. Responsável pela interlocução com os cooperativados da Viva Bem e mais quatro cooperativas de catadores, ele explica que cerca de 30% do material que chega às esteiras não vai para a reciclagem. O rejeito é tão alto por dois motivos. Primeiro, a remuneração por produtividade leva os catadores a deixar passar peças pequenas e de baixo peso. Mas também, e isso é mais importante: muito material chega tão sujo que o torna inutilizável.

"A maior ajuda que a sociedade poderia dar seria mandar o material limpo", diz Adriano. "Não precisa lavar direitinho. Basta passar água." Nas esteiras, veem-se embalagens de comida congelada com o fundo coberto de molho apodrecido, garrafas de refrigerante e cerveja ainda com metade da bebida, guardanapos usados.

Para Moura Costa, um efeito benéfico da PNRS é incentivar a profissionalização dos catadores. Hoje, esses trabalhadores ainda dependem da ajuda do poder público para se manter minimamente rentáveis. O executivo diz que, para participar das negociações na plataforma ambiental, os catadores têm de fazer parte de cooperativas formais, o que incentivará os autônomos, hoje sem nenhuma proteção social, a entrarem para a formalidade.

Outro movimento na direção do profissionalismo está nas chamadas cooperativas de segundo grau. Essas cooperativas formam "redes de comercialização", ao agregar as menores, que não têm capacidade de participar de etapas mais complexas da cadeia da logística reversa. "Esse universo é pulverizado, mas há tendência de agregação", diz Moura Costa. "Com isso, as cooperativas incorporam cada vez mais etapas da reciclagem."

Pimenta também sonha com um processo profissionalizado de gestão dos resíduos recicláveis. "Penso em um futuro no qual as cooperativas terão um engenheiro de produção contratado", diz. "Mas, para chegar a esse nível, terão de estar consolidadas e participando de todas as etapas: a coleta, a triagem e a própria reciclagem." Para o consultor, apesar da baixa formação técnica atual, os catadores estão em posição privilegiada para atingir esse nível de profissionalização. São verdadeiros educadores ambientais, sabem reconhecer tudo que é reciclável e ensinam empresas a preparar seu lixo para a reciclagem. "Hoje, já são indispensáveis." ■

Em busca de convergência

A questão do respeito aos Direitos Humanos no acesso a mercados tornou-se uma preocupação proeminente na agenda internacional desde os anos 1990. A liberalização do comércio, as desregulamentações locais e as privatizações no mundo todo abriram caminho para as empresas operarem globalmente, e os impactos dessas operações nos Direitos Humanos acompanharam o ritmo veloz da expansão. Ainda que o comércio transnacional, especialmente em períodos de crise econômica global, não trate essa questão como uma prioridade e muitos vejam o risco de ser usada para alimentar o protecionismo, avanços têm se dado sobretudo no campo empresarial, como forma de acessar mercados e obter diferenciais competitivos. A História recente traz exemplos nesse sentido.

Em 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou o Pacto Global, plataforma que conchama as empresas a adotar princípios universais e a ser parceiras das Nações Unidas de forma a promover e amplificar as contribuições positivas dos negócios para a sociedade. Em junho de 2011, o Conselho de Direitos Humanos

da ONU aprovou por consenso os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos elaborados pelo representante especial do secretário-geral das Nações Unidas, professor John Ruggie. O documento ficou conhecido como **Princípios Ruggie**. Em 2012, a ONU instituiu um fórum anual sobre empresas e Direitos Humanos, que ocorre em dezembro.

Juana Kweitel, diretora de programas da ONG Conectas, com sede em São Paulo, afirma que os Princípios Ruggie mudaram o olhar sobre a questão da responsabilidade das empresas. “O documento inclui a prevenção, ou seja, sugere que a empresa tem de agir para prevenir os impactos negativos sobre os Direitos Humanos provocados por suas operações”, esclarece.

No documento, as empresas são solicitadas a respeitar, no mínimo, os direitos enun-

Os 31 Princípios Ruggie, elaborados a partir de normas de Direitos Humanos preexistentes, sustentam-se em três pilares: proteger, que trata da obrigação dos Estados de resguardar os Direitos Humanos; respeitar, que aborda a responsabilidade das empresas quanto aos Direitos Humanos; e reparar, que dispõe sobre a necessidade de que existam recursos eficazes para a reparação dos danos, em caso de descumprimento desses direitos pelas empresas

Enquanto o respeito aos Direitos Humanos nas transações comerciais aos poucos entra na agenda de instituições e governos, a ONU estuda tratado sobre jurisdição extraterritorial para enquadrar empresas violadoras

POR KARINA NINNI ARTE MARCIUS MARQUES

ciados na Carta Internacional de Direitos Humanos e os princípios relativos aos direitos fundamentais estabelecidos na Declaração da Organização Internacional do Trabalho.

Segundo Juana, hoje o Conselho de Direitos Humanos da ONU discute um tratado de jurisdição extraterritorial para dar conta do tema. “Na abertura do Fórum sobre Empresas e Direitos Humanos, em 2012, o próprio Ruggie afirmou que maior clareza jurídica seria necessária, tanto para as vítimas como para as empresas, e que apenas um processo intergovernamental poderia fornecer essa clareza. O que parece indicar um tratado sobre o tema que seja mais claro sobre como as empresas podem ser julgadas por fatos em outros países. Não seria um novo tribunal internacional, mas aumentaria e deixaria mais clara a jurisdição das cortes nacionais”, relata.

ESFERA DE INFLUÊNCIA

O papel atribuído às diferentes instâncias na garantia do respeito aos Direitos Humanos no comércio internacional é um ponto-chave que vem ganhando espaço na discussão. “Existe entre as empresas

o entendimento de que os Princípios Ruggie estão voltados para os Estados e que as corporações têm apenas a obrigação de respeitar. Respeitar, para as empresas, significa não violar, mas o que a gente entende é que elas têm uma responsabilidade maior em toda a sua esfera de influência”, afirma a advogada Flávia Scabin, professora da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas.

A compreensão de como o mercado global consegue impulsionar uma agenda de desenvolvimento local sustentável e justo é um tema relevante. E leva ao questionamento sobre como se cria um diálogo entre o setor negócios e o Estado na promoção do desenvolvimento, e também sobre os riscos que esses impulsos externos representam para os locais”, resume.

Para a professora, mecanismos já em operação demonstram o papel relevante do mercado como indutor de políticas, e do Estado como instância responsável pela fiscalização e regulamentação dessas ferramentas localmente.

Flávia cita três exemplos. O primeiro: recentemente, a União Europeia (UE) lançou uma diretiva segundo a qual qualquer pro-

"A melhora que se espera no respeito aos Direitos Humanos ocorre mais com estímulo do que com castigo", diz Ricupero

duto comercializado na Europa que contenha princípios ativos da biodiversidade precisa ter sua rastreabilidade comprovada. E que sua produção deve se dar de acordo com as leis do país de origem. Ela se recorda de que tanto o Brasil como a UE são signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

"Temos uma Medida Provisória desde 2001 regulamentando a aplicação dos princípios da CDB e que já traz alguns quesitos sobre como fazer contratos de repartição de benefícios com comunidades locais fornecedoras de bens e serviços. Mas a eficácia dessa MP é muito baixa, até por conta da fiscalização precária. Agora, quando o mercado, interessado na biodiversidade brasileira, força a iniciativa privada a produzir um dossiê provando que cumpriram a lei, essas empresas começam a provocar as instâncias nacionais", acredita.

O segundo exemplo é a regulação privada transnacional – a popular certificação, que atesta determinadas qualidades do produto. "Hoje as normas de certificação são muito exigentes. O que nos leva a pensar nos riscos que se criam quando há mecanismos de fora impulsionando o desenvolvimento local por meio do mercado: o maior deles é a exclusão do pequeno proprietário. Muitos não se certificam, porque não conseguem cumprir os requisitos, ou não conseguem pagar pelo processo de certificação."

Tal tipo de incentivo de fora para dentro é produtivo do ponto de vista do impacto e da criação de um nicho, mas tem de ser visto com muito cuidado, aponta Flávia. "Em um país desigual, tende a excluir. Daí a importância do papel do governo brasileiro, de construir políticas para fazer com que essas pessoas tenham acesso, ao menos mais igualitário, ao mercado."

Em terceiro, a advogada cita os Princípios do Equador, referindo-se ao conjunto de regras lançadas em 2003 por dez grandes instituições financeiras, no âmbito da International Finance Corporation (IFC), para tratar a questão da concessão de crédito e dos princípios

sociais e ambientais em mercados emergentes. "A força deles é que os bancos voluntariamente assinaram e passaram a pôr essas questões na agenda. Pois os Princípios de Ruggie não são vinculativos, mas apenas diretrizes cujo cumprimento não se consegue cobrar."

Entretanto, embora os Princípios do Equador sejam uma importante ferramenta de mercado, os bancos não precisam prestar contas, e não há fiscalização sobre o cumprimento das normas. "O que existe é uma metodologia que divide o impacto empresarial em três grandes blocos. Dependendo do impacto, a empresa é mais exigida do ponto de vista de medidas socioambientais", explica a advogada.

Flávia menciona, ainda, a norma ISO 26000, editada há dois anos. "É voluntária e não certificada. Funciona mais como orientação, que aborda questões de gênero, de proteção de crianças e adolescentes, ambientais, entre outras."

OMC E PROTECIONISMO

Autora do livro *Direito Internacional do Desenvolvimento Sustentável e a OMC* (São Paulo: Quartier Latin, 2013), Ligia Maura Costa, professora da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Eaesp), analisou 423 disputas no âmbito da instituição no período de 1º de janeiro de 1995 até 31 de março de 2011. "Pouco mais de 10% eram casos em que a instituição foi chamada a se manifestar sobre sustentabilidade. Desse universo, apenas em um, que foi o caso dos asbestos (amianto), a Organização Mundial do Comércio (OMC) deu razão à UE, no sentido de reconhecer o direito do bloco a tomar uma providência para evitar a importação de amianto como medida de proteção à população", afirma (ver quadro na página ao lado).

A história da OMC remonta a 1947, quando se estabeleceu o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (Gatt) para reduzir tarifas, eliminar obstáculos nas atividades e facilitar os negócios de mercadorias. Com o passar dos anos, o acordo evoluiu em rodadas de negociações comerciais multilaterais. A OMC foi então lançada em Marrakesh em 1º de janeiro de 1995, após a conclusão da Rodada Uruguai do Gatt. Posteriormente, o Gatt deixou de existir e seus textos jurídicos foram incorporados à OMC, com o nome de "Gatt de 1994".

"Desde os tempos do Gatt, demonstrava-se uma preocupação com o meio ambiente. Mas, quando a OMC foi criada, nunca se conseguiu chegar a um acordo com relação a esse tema. Eu diria que mesmo o termo meio ambiente tem uma esfera reduzida, se comparado ao termo sustentabilidade, que englobaria, além de

O caso do amianto

No início da década passada, o tribunal de arbitragem da OMC deu razão à França contra o Canadá na queixa apresentada por este país contra a proibição adotada pelo governo francês de toda importação e comercialização do amianto em seu território. O amianto é um produto comprovadamente cancerígeno que já foi proibido em mais de 30 países e teve sua utilização restrita em vários outros. No Brasil ainda é permitido. O Canadá é o maior produtor do mundo e a França era seu maior mercado. A importância da decisão da OMC decorre do fato de que, tradicionalmente, a instituição limita-se a apreciar apenas os aspectos estritamente comerciais.

meio ambiente, também direitos humanos, trabalhistas, aspectos econômicos e sociais. Mas nunca se teve na OMC a possibilidade de um acordo que incluísse essas questões", esclarece Ligia Maura.

A professora lembra que, há cerca de dez anos, a ONU estava passando por uma crise. "Foi na época da Guerra do Iraque, quando a instituição ficou um pouco desacreditada. Então, vários países começaram a trazer para a OMC matérias que teoricamente seriam muito mais relacionadas a Direitos Humanos do que efetivamente a comércio internacional. E, para todos os efeitos, em questões sobre sustentabilidade, mais abrangentes, a ONU seria o fórum mais adequado. Começaram a se questionar vários artigos da doutrina: será que a OMC pode cuidar de Direitos Humanos também?"

Segundo Ligia Maura, chegou-se à conclusão de que a OMC também não era o fórum adequado. "A OMC até pode proteger Direitos Humanos, desde que tenha havido qualquer violação a um dos seus acordos. Se qualquer matéria relacionada a direitos humanos ou trabalhistas estiver afetando o comércio internacional, a OMC pode eventualmente atuar. Mas não há um acordo específico sobre isso."

O motivo é simples: os países em desenvolvimento temem que os países industrializados utilizem os Direitos Humanos como um pretexto para adotar uma nova forma de protecionismo. "A gente tem trabalho escravo na cidade de São Paulo, então, dá para entender por que os países menos desenvolvidos são totalmente contra", diz.

No primeiro caso do gênero levado à OMC, que se tornou emblemático, os EUA proibiram as importações de camarões procedentes de quatro países asiáticos (Índia, Malásia, Paquistão e

Tailândia), alegando que a forma como os camarões eram capturados prejudicava espécies ameaçadas de tartarugas marinhas. Os quatro países apresentaram uma reclamação à OMC sobre essa proibição.

"O argumento americano era proteger as tartarugas. Mas depois se viu que o que eles queriam era dar preferência ao México, em detrimento de outras nações em desenvolvimento ao importar camarões. Não estavam nem aí com as tartarugas. Então o país estava usando o argumento da sustentabilidade e, na verdade, a preocupação real era outra", afirma Ligia Maura.

Ela lembra, porém, que os países em desenvolvimento ou de menor desenvolvimento relativo têm, por exemplo, a possibilidade de quebra de patente se estiverem enfrentando uma epidemia. "Isso foi instituído na Declaração de Saúde Pública, que surgiu na Rodada de Doha no âmbito do acordo Trips, sigla em inglês para Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio. Esta é uma possibilidade para países em desenvolvimento que até o Brasil já usou no caso dos medicamentos para Aids, a primeira vez em 2001, quando o José Serra era ministro da Saúde", diz.

TEATRO

Para o embaixador Rubens Ricupero, houve – e ainda há – enorme resistência, tanto no Gatt quanto na OMC, a estabelecer ligação entre comércio e Direitos Humanos. Secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) nos mandatos de 1995 a 1999 e de 1999 a 2004, e subsecretário-geral da ONU no mesmo período, Ricupero diz que a tradição é tratar o comércio por seus próprios méritos.

"De tudo o que se discutiu de concreto no Gatt/OMC, o que mais se aproxima de uma conexão entre comércio e Direitos Humanos é a ideia de que deveria haver, em todos os acordos, uma cláusula segundo a qual os países devem respeitar os direitos trabalhistas mínimos. Pois os que não respeitam têm vantagens desleais: podem vender mais barato", resume Ricupero.

Segundo ele, o Brasil e todos os países em desenvolvimento sempre foram contra a introdução da cláusula trabalhista no Gatt/OMC, porque temem que isso possa ser usado abusivamente por outros países.

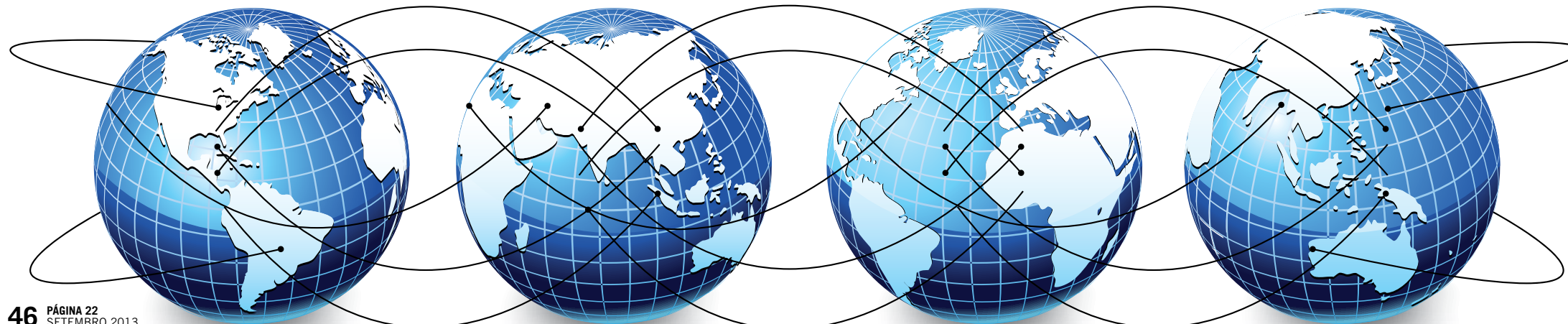
Procurado pela reportagem para falar sobre o tema dos direitos humanos no comércio internacional, o Ministério das Relações Exteriores não se pronunciou até o fechamento da edição.

"Fui presidente do Conselho do Gatt em 1989 e nas reuniões mensais do conselho os EUA tentavam introduzir esse tema. Aí, votava-se e eram 15 votos a favor e 40 contra. E isso acontecia todos os meses, já tinha virado uma espécie de teatro", lembra o embaixador.

Para Ricupero, o único "avanço" nesse sentido é que os americanos aplicaram a cláusula trabalhista por meio de acordos bilaterais. "Os EUA fazem isso, não porque sejam defensores dos Direitos Humanos, mas porque os sindicatos americanos não querem concorrência", resume Ricupero.

Segundo diversos especialistas em comércio internacional, os acordos bilaterais têm uma lógica oposta à da OMC e estão destruindo um pilar da instituição, segundo

■ Negociações comerciais assumidas entre duas nações ou blocos cuja finalidade principal é facilitar o movimento de mercadorias e serviços entre suas partes. Há mais de 300 desses acordos em vigor



Abusos: rol extenso e heterogêneo

Embora ainda haja uma lacuna de canais de denúncia de violações por parte das empresas, é inegável que o advento das ferramentas digitais contribuiu significativamente para o controle social sobre a atuação de empresas e Estados no tocante ao respeito aos direitos humanos nacional e internacionalmente. Prova disso foram os casos que pipocaram nas redes sociais nos últimos seis a sete anos, envolvendo denúncias de grifes acusadas de usar trabalho escravo na confecção de roupas.

O rol de violações aos Direitos Humanos por empresas é extenso e heterogêneo. No documento *Acesso à Justiça: violações de Direitos Humanos por empresas* (2011), da Comissão Internacional de Juristas, relativo ao Brasil, consideram-se desde o histórico caso do amianto (ver quadro à pág. 47) até episódios de revista íntima em ambiente de trabalho, passando por derramamento de petróleo em águas brasileiras, trabalho escravo urbano, publicidade infantil abusiva e pornografia infantil na internet.

Em 2008, a ONU publicou um relatório com base em amostragem de 320 alegações de abuso postadas na página do Centro de Pesquisa em Negócios e Direitos Humanos (Business and Human Rights Resource Center), entre fevereiro de 2005 e dezembro de 2007. Intitulado *Empresas e Direitos Humanos: um estudo de escopo e dos padrões de abuso relacionados com Direitos Humanos envolvendo corporações*, o documento mostrou que há alegações de impacto nos direitos humanos em todos os setores da indústria no amplo espectro dos Direitos Humanos – incluindo os civis e políticos, econômicos, sociais e culturais, além dos direitos trabalhistas. Também ficou claro que danos ambientais estão conectados a impactos nos Direitos Humanos. O acesso à água de qualidade foi citado em 20% dos casos, nos quais as empresas supostamente impediram acesso à água limpa ou poluíram uma fonte de água limpa.

De acordo com o documento da ONU, o setor responsável pelo maior número de queixas de violação foi o setor extrativista (28%), e a Ásia, a região campeã em casos relatados, seguida da África e da América Latina.

o qual não pode haver discriminação entre diferentes fornecedores, ou seja: se um país faz uma concessão a uma determinada nação, precisa fazer a mesma concessão para todos os países-membros da OMC. Em maio, em visita à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado, o diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo, explicou que a organização não tem participação nas negociações bilaterais, mas supervisiona os acordos para verificar se estão em consonância com as regras por ela estabelecidas.

De acordo com o documento *Guia Prático sobre a OMC e Outros Acordos Comerciais para Defensores dos Direitos Humanos* (3D e Conectas, 2007), os pactos bilaterais frequentemente impõem requisitos mais rígidos em algumas áreas do que aqueles preconizados pela OMC. “Muitos grupos da sociedade civil acusam esses acordos de

serem mecanismos usados por países poderosos para obter concessões em áreas como a dos direitos de propriedade intelectual e a do acesso a mercados por parte de economias mais fracas, principalmente os acordos bilaterais assinados entre os Estados Unidos e os países em desenvolvimento.”

Para Ricupero, os Direitos Humanos têm seus próprios fóruns, e a OMC não é um deles. “O Brasil pode manter relações comerciais com a China e o Irã, mas em questões de direitos humanos, na ONU, pode ter posições contrárias a eles, por exemplo. Devemos nos pautar pela evidência de cada caso. Agora, achar que o Brasil não deve vender ou comprar da China e do Irã não faz sentido”, opina.

“Acredito que deve haver um sistema de comércio que leve em conta as diferenças entre os países e que, ao conceder benefícios comerciais, esse sistema possa influenciar os beneficiários a estender as benesses à população, mas não sou favorável a estabelecer a questão do respeito aos Direitos Humanos como condicionante em operações comerciais internacionais”, afirma o embaixador.

Ele usa o exemplo dos EUA. “Com frequência os EUA aplicam sanções. É comum argumentarem que elas têm como causa questões de Direitos Humanos, mas sabemos que é apenas a política externa americana. Até porque as sanções americanas são bastante seletivas: eles não as aplicam aos seus aliados. Sou muito contrário ao uso desse tipo de condicionamento. A melhora que se espera no respeito aos Direitos Humanos ocorre mais com estímulo do que com castigo”, defende Ricupero.

CAMINHO POSSÍVEL

Em seu livro *Direito Internacional do Desenvolvimento Sustentável e a OMC*, Ligia Maura, da FGV, observa que a evolução do comércio mundial trouxe e trará mudanças à OMC. “Não é despropósito afirmar que a noção de direito internacional do desenvolvimento sustentável pode passar a fazer parte integrante dos acordos da OMC, no futuro.”

A professora alerta, entretanto, para os efeitos resultantes dessas mudanças nas regras do sistema multilateral de comércio: “Proibir importações de países em desenvolvimento ou de menor desenvolvimento relativo, cujos métodos de produção representem perigos à humanidade, sob um enfoque de proteção aos aspectos sociais ou econômicos, pode dar aos países desenvolvidos o poder ‘supremo’ de obstaculizar, legalmente, o sistema multilateral de comércio”.

O caminho das certificações, da observância dos Princípios Ruggie, das políticas de compras (públicas ou não) indutoras de boas práticas e do fomento a mecanismos de operação bancária que possam premiar, com crédito, os produtores que têm boa performance social e ambiental parece ser, por enquanto, a única via disponível no sentido de harmonizar comércio e Direitos Humanos.

É claro que esse caminho depende, e muito, da cobrança da sociedade com relação às empresas, aos governos e ao envolvimento de instituições multilaterais com o tema. ■

Esta reportagem é resultado da parceria firmada entre PÁGINA22 e Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), que prevê a publicação mensal de textos sobre temas estratégicos para a construção da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável.

[COLUNA]

Médico estrangeiro Minha origem é uma terra distante. Tão distante que não está no Google, de modo que não estando no Google possivelmente deixa de estar em parte alguma **POR EDUARDO SHOR***

“A rriba, muchacho”, cheguei ao Brasil falando assim, por achar que a principal cidade do país fosse Buenos Aires. Ledo engano. Sempre fui melhor de anatomia do que de geografia, entende-se lá por quê. Qual a capital do pâncreas? Aposto que você não sabe onde fica o pulmão do sul, nem o pulmão do norte. Mas pode confirmar aí que sou bom de História. Sei de cabeça o ano quando a vesícula biliar conquistou a independência. Que na época do Antigo Regime o cinto não apertava e as moças ainda eram todas esbeltas com seus manequins 38 – *très chic*.

Corpo humano é fofoca, gente. Ouvi dizer que Eva não veio da costela de Adão. Ela teria vindo mesmo é da costela de Fernanda Beatriz, que nem por um nome bíblico era chamada. Pois veja: se as mulheres começaram a votar por aqui em pleno século XX, imagine naquele começo de mundo o tamanho da revolução que era ter um nome fora do padrão do Paraíso.

Vou falar outra. Peço apenas que não conte ao sangue, uma vez que ele espalha a notícia em um piscar de olhos. O sovaco esquerdo anda saindo com a narina direita, acredite. No começo, ela nem ligava para ele. Por mais que os dois conversassem todas as tardes no Facebook, a narina insistia em esnobá-lo na rua, passando invariavelmente com o nariz empinado. Até que um dia, coisa do destino, veio uma forte gripe e ela ficou obstruída.

Foi quando os dois se aproximaram. O sovaco passou uma semana preparando-lhe chá de hortelã com gengibre e canja bem quentinha para espantar o vírus. Não se pode dizer que a narina sentiu amor ao primeiro cheiro. O fato, no entanto, é que naquele período de cuidados com a enferma a paixão surgiu no ar. E o próprio sovaco deu o braço a torcer, passando a se perfumar diariamente para conquistar a amada cada vez mais, depois que ela convalesceu.

Tanto falatório de minha parte e você deve estar se perguntando como vim parar no Brasil. Vim de avião. Fiquei surpreso na



aterrissagem quando a aeromoça informou sobre os passageiros que teriam prioridade no desembarque. Na hora em que a funcionária da companhia aérea anunciou “melhor idade”, logo imaginei as crianças com seus sonhos, brinquedos e alegrias tendo a preferência para deixar a aeronave. Minha origem é uma terra distante. Tão distante que não está no Google, de modo que não estando no Google possivelmente deixa de estar em parte alguma. Fora isso, eu mesmo me achava tão no mundo da Lua ou de qualquer planeta desses que os amigos, querendo me encontrar, já não ligavam para a minha casa. Ligavam direto para a Nasa.

Na minha terra quando bate assim o horário do almoço as pessoas gostam de jantar. E quando bate o horário do jantar as pessoas gostam de almoçar. Acho que é o estômago feito do avesso, só pode ser. Os homens podem escolher engravidar no lugar das mulheres e vi muito casamento acabar porque a mãe se arrependeu de ter deixado a tarefa com o pai. No momento da amamentação, o bebê é bem servido. Dá para escolher entre oferecer leite tradicional, café com açúcar, café com adoçante, leite com chocolate ou *cappuccino*.

O povo fala pelos cotovelos e sorri de orelha a joelho. Chora pelo umbigo e passa esmalte nas unhas do pé do ouvido. Tem o costume de cultivar um pomar de maçãs do

rosto no quintal e, para cuidar da pele, joga umas cebolas fritas com alecrim nas batatas das pernas.

O maior problema é que o coração das pessoas fica do lado direito. Dessa forma, elas não conseguem amar umas às outras. Os relacionamentos surgem por interesse ou convenção. Diante do imbróglio desse negócio, há alguns anos, resolvi estudar o assunto. Com o tempo, criei uma técnica de transplante do órgão para o devido lugar, capaz de fazer o amor brotar sem freios.

O número de interessados em aproveitar o novo método foi grande, o que me permitiu realizar milhares de transplantes. O problema que era um, porém, virou outro.

Ao amar quem a gente ama de verdade, surgiu a necessidade de as pessoas serem correspondidas – o que nem sempre ocorreu. Então, embora eu tenha sido convidado para ser padrinho de diversos casamentos felizes, acabei perseguido em praça pública por incontáveis amantes solitários e insatisfeitos. Com seus buquês de rosas rurchas, alianças devolvidas, cartas ridículas e amores platônicos, correram atrás de mim pedindo o dinheiro de volta.

O Brasil virou meu refúgio seguro. Hoje o reconheço como a minha nova pátria, guardando-o do lado direito do peito. E espero contribuir.



Criançada **toda ouvidos**

Na casa da Tia Ciata a roda era de choro e o samba era de roda. De lá saíram as baianas para a avenida e o samba virou cordão de carnaval. Hoje, o ritmo que identifica os brasileiros roda o mundo. Usando cores vibrantes e poemas curiosos, o projeto “A Poesia dos Instrumentos na Música Popular Brasileira”, composta por livro e CD, apresenta ao público infantil o universo dos ritmos, danças e instrumentos que tocam nossa cultura e história e aqui foram ressignificados – do bolero ao fandango, do choro ao jongo, do forró ao funk.

Com poemas e ilustrações que abordam de forma lúdica os instrumentos e instrumentistas da música, o livro está à disposição dos professores da rede pública. Com a introdução do ensino de música no currículo obrigatório das escolas, professores ganham uma importante ferramenta para mostrar a formação da identidade cultural e a história do País com elementos da vida cotidiana. A obra apresenta a música sem perder de vista fatos marcantes, como a participação das mulheres negras na criação do samba, a repressão sofrida por ex-escravos capoeiristas e a importância do funk da periferia como expressão cultural. – **POR CAROL NUNES**

A gente lê o mundo.



Uma nova revista, feita de um jeito totalmente diferente: a cada edição, uma seleção das melhores reportagens e artigos sobre os temas mais importantes da atualidade, publicados pela imprensa independente brasileira e mundial. Quem lê Samuel lê o mundo.

Assine agora - (11) 3512-9424

www.revistasamuel.com.br

06 edições { À vista R\$ 59,90 ou em 3x

12 edições { À vista R\$ 119,90 ou em 3x

Usar o dinheiro de forma inteligente muda o seu mundo

Por isso oferecemos dicas que ajudam você
a realizar mais sem comprometer o futuro.
3 milhões de pessoas já receberam dicas
sobre o Uso Consciente do Dinheiro.

Educação



Cultura



Bike



Esporte



#issomudaomundo

ATBICA



Itaú



Banca Oficial da Copa do Mundo da FIFA 2014[®]
e da Seleção Brasileira de Futebol

Itaú. Feito para você.

Itaú